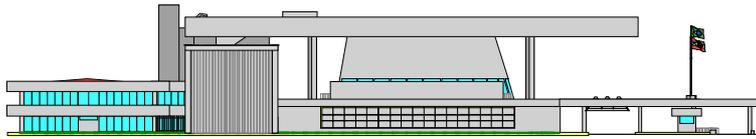


PALÁCIO BARRIGA VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LX

FLORIANÓPOLIS, 8 DE JUNHO DE 2011

NÚMERO 6.293

17ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa
MESA

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º VICE-PRESIDENTE

Nilson Gonçalves
2º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
1º SECRETÁRIO

Reno Caramori
2º SECRETÁRIO

Antonio Aguiar
3º SECRETÁRIO

Ana Paula Lima
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Elizeu Mattos

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Sílvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS
Líder: Darci de Matos

**PARTIDO DOS
TRABALHADORES**
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Dado Chereim

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
Líder: Ângela Albino

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon – Presidente
Dado Chereim - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
José Nei Alberton Ascari
Dirceu Dresch
Volnei Morastoni
Maurício Eskudlark
Elizeu Mattos

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Valmir Comin
Ângela Albino
Jean Kuhlmann
Manoel Mota
Mauro de Nadal
Pe. Pedro Baldissera
Marcos Vieira

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Adilor Guglielmi
Altair Guidi
José Milton Scheffer
Darci de Matos
Manoel Mota
Aldo Schneider

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Aldo Schneider - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-
Presidente
Narcizo Parisotto
Mauro de Nadal
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi
José Nei Alberton Ascari

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Elizeu Mattos - Presidente
Ângela Albino
Altair Guidi
Sílvio Dreveck
Jorge Teixeira
Manoel Mota
Maurício Eskudlark

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Sargento Amauri Soares
Sílvio Dreveck
Manoel Mota
Luciane Carminatti
Neodi Saretta
Aldo Schneider

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Marcos Vieira - Presidente
Maurício Eskudlark
Sargento Amauri Soares
Kennedy Nunes
Jean Kuhlmann
Dirce Heiderscheidt
Volnei Morastoni

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

José Milton Scheffer - Presidente
Ângela Albino
Jorge Teixeira
Carlos Chiodini
Edison Andrino de Oliveira
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Neodi Saretta
Gilmar Knaesel
Altair Guidi
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Edison Andrino de Oliveira
Dirce Heiderscheidt

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Jean Kuhlmann - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Joares Ponticelli
Elizeu Mattos
Carlos Chiodini
Gilmar Knaesel
Ismael dos Santos

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Luciane Carminatti - Presidente
Dirce Heiderscheidt
Maurício Eskudlark
Ângela Albino
Kennedy Nunes
Ismael dos Santos
Romildo Titon

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Carlos Chiodini - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
Ismael dos Santos
Mauro de Nadal
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Adilor Guglielmi - Presidente
Narcizo Parisotto
Kennedy Nunes
Jorge Teixeira
Elizeu Mattos
Edison Andrino de Oliveira
Neodi Saretta

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Ângela Albino - Presidente
Sílvio Dreveck
José Nei Alberton Ascari
Manoel Mota
Romildo Titon
Pe. Pedro Baldissera
Maurício Eskudlark

COMISSÃO DE SAÚDE

Dado Chereim
Sargento Amauri Soares
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Carlos Chiodini
Mauro de Nadal
Volnei Morastoni

COMISSÃO DE DEFESA CIVIL

Kennedy Nunes - Presidente
Manoel Mota
Aldo Schneider
Dirceu Dresch
Ângela Albino
José Nei Alberton Ascari
Dado Chereim

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Roberto Katumi Oda</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazi</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA ANO XX - NÚMERO 2293 EDIÇÃO DE HOJE: 20 PÁGINAS TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Publicações Diversas</p> <p>Audiências Públicas 2</p> <p>Ata da Procuradoria 10</p> <p>Atas de Comissões</p> <p>Permanentes..... 11</p> <p>Extrato..... 11</p> <p>Ofícios..... 12</p> <p>Parecer Preliminar 14</p> <p>Projetos de Lei 17</p> <p>Projetos de Lei Complementar 20</p>
---	---	--

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PROMOVIDA PELA COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL E PELA COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA DEBATER A “NECESSIDADE DE AÇÕES PARA O AVANÇO DA AGRICULTURA ORGÂNICA/AGROECOLÓGICA EM SANTA CATARINA”, REALIZADA NO DIA 31 DE MAIO DE 2011, ÀS 10H, NO PLENÁRIO DEPUTADO OSNI RÉGIS.

Aos 31 dias do mês de maio de 2011, às 10 horas, realizou-se no Plenário da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc) audiência pública com o objetivo de debater a “Necessidade de Ações para o Avanço da Agricultura Orgânica/ Agroecológica em Santa Catarina”, proposta pelas Comissões de Agricultura e Política Rural e de Turismo e Meio ambiente. A audiência pública foi presidida pelo senhor Deputado Estadual Aldo Schneider, Presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural da Alesc, que, dando início à audiência, convidou para compor a mesa o senhor Deputado Estadual José Milton Scheffer, Vice-Presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural da Alesc; o senhor Francisco Van de Castele, superintendente do Ministério da Agricultura em Santa Catarina; o senhor Airton Spies, Secretário Adjunto da Secretaria de Estado da Agricultura de Santa Catarina; o senhor Luiz Ademir Hessmann, Presidente da Epagri; o senhor Jurandir Gurgel, delegado do Ministério do Desenvolvimento Agrário no Estado de Santa Catarina; o senhor Antônio Augusto Mendes dos Santos, presidente do Conselho Estadual de Alimentação Escolar; o senhor Marcelo Santos do Canto, gerente de mercado, neste ato representando o senhor Reinaldo Yokoyama, superintendente estadual do Banco do Brasil; o senhor Ademir Gasparini, secretário executivo do SC Rural e Microbacias 3; o senhor Mauro Beal, vice-presidente da Câmara de Comércio Brasil-Htália; o senhor Geraldo Luiz da Silva Jardim, neste ato representado a ONG Reliplam; a senhora Carla Rejane de Oliveira, supervisora da Assistência ao Estudante, neste ato representando a Secretaria de Estado da Educação e a Secretaria de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis; o senhor Edson Carlos de Quadra, diretor do CREA/ SC; o senhor Vilmar Dutra, superintendente adjunto da Conab/SC; e o senhor Moacir Tonet, presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária de Santa Catarina. Em seguida, fez um preâmbulo, lendo: “Do dia 31 de maio a 7 de junho comemora-se a Semana Nacional do Alimento Orgânico, evento coordenado

pelo Ministério da Agricultura e pela Assembleia Legislativa, com o apoio de diversas comissões estaduais de produção orgânica. Tem por objetivo, por normas legais, realizar atividades voltadas ao fomento da produção orgânica, sugerir políticas, deliberar sobre temas de sua competência e apoiar o Ministério no processo de controle de qualidade orgânica. Trata-se de destacado espaço de interação da população e de seus representantes, permitindo a exposição dos assuntos e a abertura de debates acerca dos principais entraves que dificultam a expansão desse modelo de produção em Santa Catarina. O que é o produto orgânico? É um alimento sadio, equilibrado, isento de produtos químicos, ou seja, cultivado sem agrotóxico ou fertilizantes químicos. É amigo do meio ambiente e da saúde, visto o maior valor nutricional e o sabor diferenciado, além de elemento de fortalecimento da rede de consumidores que optam por produtos que não poluem e não agredem o meio ambiente. Essas características se apresentam como mola propulsora desse segmento cada vez maior no mercado. Na agricultura orgânica se utiliza técnicas como compostagem, adubação verde, manejo orgânico do solo e diversidades de culturas. Alimentos orgânicos têm maior teor de vitaminas e minerais”. Logo em seguida, convidou os Deputados Estaduais Dirceu Dresch e José Nei Ascari para comporem a mesa e passou a palavra ao senhor Ivo Severino Macagnan, engenheiro agrônomo da Rede Ecovida, para uma apresentação sobre os entraves e a ampliação da produção orgânica em Santa Catarina. O senhor Ivo Severino Macagnan, engenheiro agrônomo, da Rede Ecovida, desejou bom-dia aos presentes e agradeceu pela oportunidade dada à Rede Ecovida para se manifestar acerca da agricultura orgânica e agroecológica. Iniciou a projeção de slides apresentando o conceito de agricultura orgânica segundo a FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação), a saber: “A agricultura orgânica é um sistema holístico de manejo da produção, que promove a saúde e o desenvolvimento sustentável nos agroecossistemas, observando a biodiversidade, os ciclos biológicos e a atividade biológica no solo. Ela enfatiza o uso de práticas de manejo em detrimento da entrada de insumos externos ao sistema, levando em conta sistemas adaptados localmente, de acordo com as condições requeridas para a região. É complementada pelo uso de métodos agrônômicos, biológicos e mecânicos, onde possível, para cumprir qualquer tipo de função dentro do sistema, se opondo ao uso de produtos sintéticos”. Informou que o Brasil, a partir de 23 de dezembro de 2003, com a Lei nº 10.831, federal, passou a contar com um arcabouço legal que orienta a produção orgânica; e registrou que o conceito de agricultura orgânica, segundo a legislação brasileira, dita que: “Art. 1º Considera-se sistema orgânico de produção agropecuária todo aquele em

que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não-renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente.” Partindo desses conceitos, disse que a legislação brasileira conta com nove itens que orientam a produção orgânica no País. Deteve-se nos impactos da entrada em vigor da legislação brasileira de orgânicos, em 1º de janeiro de 2011, que, se não acompanhada de medidas públicas, pode ter prejuízos, restringir o processo de produção ou mesmo extinguir a agricultura familiar. Externou que a legislação entende que a agricultura orgânica deve ser restrita a alguns produtores estruturados, o que tende à exclusão dos agricultores familiares; e que deve ser acessível apenas para poucos consumidores, ou seja, extremamente elitizada. Acrescentou que esses produtos são caros em relação aos produtos convencionais e frisou que se faz necessário políticas públicas de apoio à agricultura familiar para o desenvolvimento da agricultura orgânica. Continuando, apresentou as duas únicas políticas públicas federais de apoio à agricultura familiar, a saber: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Complementou dizendo que Santa Catarina não tem política definida nesse sentido. Para vencer os entraves de apoio à produção orgânica, apresentou as seguintes sugestões para Santa Catarina avançar na agricultura orgânica/agroecológica familiar: quanto à Secretaria de Estado da Fazenda, isenção do ICMS para produtos orgânicos produzidos no Estado; quanto à Secretaria de Estado da Educação, programa curricular que contemple a educação ambiental e, portanto, a agroecologia, e que a merenda escolar seja de origem orgânica e cumpra papel educativo; quanto à Secretaria de Estado da Agricultura, implantação de um programa de financiamento da transição agroecológica, especialmente subsídio à transição agroecológica, e capacitação de técnicos e agricultores; e quanto à Epagri/Cidasc, pesquisa e extensão, ter na missão da empresa a agroecologia como base de desenvolvimento de suas ações, ter um programa estadual, oportunizar a formação e a reciclagem dos técnicos que têm interesse na agricultura agroecológica, e nos concursos públicos privilegiar técnicos com essa inclinação técnica. Encerrou agradecendo a todos pela oportunidade de se manifestar. Retomando a palavra, o senhor Presidente, Deputado Estadual Aldo Schneider, registrou a presença dos Deputados Estaduais Padre Pedro Baldissera e Dóia Guglielmi e da Deputada Estadual Angela Albino, e passou a palavra, simultaneamente, à senhora Nilza Vermolhen Eger, do Grupo Raízes do Futuro, do município de Leoberto Leal, e ao senhor Antônio Gilmar Cognaco, agricultor agroecológico, também do município de Leoberto Leal. Em seguida, a senhora Nilza Vermolhen Eger, do Grupo Raízes do Futuro, do município de Leoberto Leal, leu a seguinte reivindicação: “Precisamos de locais para centralizar a produção orgânica a ser distribuída para os consumidores, pois o produto dos agricultores precisa de um local que unifique as informações, de maneira que o Estado conheça a produção orgânica.” Na sequência, o senhor Antônio Gilmar Cognaco, agricultor agroecológico, do município de Leoberto Leal, desejou bom-dia a todos, complementou que a produção orgânica está estragando por falta de local apropriado para expor os produtos e pediu que melhorem a comunicação entre produtor e consumidor. Por sua vez, a senhora Nilza Vermolhen Eger, do Grupo Raízes do Futuro, do município de Leoberto Leal, questionou como as autoridades oficializaram esse pedido e comentou a ajuda que a Cepagro oferece à região. Continuando, o senhor Antônio Gilmar Cognaco, agricultor agroecológico, do município de Leoberto Leal, afirmou que o dinheiro entregue ao Município para aquisição de secadoras de grãos na verdade foi utilizado para secadoras de fumo. Ato contínuo, o senhor Presidente, Deputado Estadual Aldo Schneider, questionou se os oradores teriam mais alguma coisa a colocar, [Taquígrafa-revisora: Sabrina Roberta Schmitz] ao que a senhora Nilza Vermolhen Eger, do Grupo Raízes do Futuro, do município de Leoberto Leal, disse que gostaria de falar como mãe e pediu perdão, se estivesse falando algo errado. Solicitou incentivo para que os jovens permaneçam no campo, uma vez que eles não querem mais ficar na agricultura, e comentou que as propriedades rurais são muito bonitas, principalmente em Leoberto Leal e em toda a região, mas que isso infelizmente não incentiva o jovem a ficar na zona rural e as pessoas idosas não conseguem manter as propriedades. Em seguida, o senhor Presidente, Deputado Estadual Aldo Schneider, disse que registrou o pedido da senhora Nilza e que o encaminhará aos órgãos competentes, e, posteriormente, registrou a presença do Deputado Estadual Edison Andrino. Dando seguimento à audiência, passou a palavra ao senhor Antônio Will, que cumprimentou todos e disse que morava em Nova Trento, que há dez anos a sua família deixou a cultura do fumo para cultivar hortaliças convencionais e que encontrou muitas dificuldades em retomar esse tipo de cultivo. Comentou que hoje se encontram na sociedade famílias que desistem de cultivar fumo e acabam indo para as cidades. Por fim, pediu que seja

implementada uma política pública para a cultura do fumo e que existam alternativas para essa realidade. Ato contínuo, o senhor Presidente concedeu a palavra à jovem Carla Vill Veber, do Grupo Conservas Will, que inicialmente informou que fazia parte do grupo de Nova Trento e que estava ali representando os jovens com o objetivo de buscar políticas voltadas para esse segmento. Comentou que os jovens largam a cultura do fumo, uma vez que no campo eles não veem alternativas para o futuro, e acabam indo para a cidade. Mas ponderou que muitas vezes, não tendo condições de estudo e também não sabendo como se adaptar numa sociedade totalmente diferente com a que eles estão acostumados, ficam sem saber para onde ir. Encerrando, solicitou políticas públicas voltadas para os jovens continuarem trabalhando no campo e vindo lá um futuro melhor. A seguir, o senhor Presidente, Deputado Estadual Aldo Schneider, agradeceu à jovem Carla pela sua manifestação e disse da responsabilidade, por parte de todos, em rejuvenescer a agricultura catarinense, observando que era louvável por parte dos jovens ainda acreditarem que a agricultura possa ser uma fonte de renda e uma condição de subsistência. Ato contínuo, concedeu a palavra à senhora Catarina Francisco Gelsleucher, de Angelina, que informou ser agricultora orgânica e que estava ali reivindicando a Internet para todos os agricultores, visto que era uma necessidade para eles. Prosseguindo, solicitou estruturas de comercialização para os produtores e também que se abra oportunidade para os pequenos agricultores colocarem o produto orgânico na merenda escolar. Por fim, referindo-se a um expositor quando este colocou que às vezes o produto está na roça e não há local adequado para colocá-lo, opinou que uma das saídas seria usá-lo na merenda escolar. Complementando a fala da expositora anterior, a senhora Angelita Afflen Hames, de Angelina, contou que estava deixando a fumicultura para produzir orgânicos, mas disse que estava sendo muito difícil iniciar o cultivo. Finalizando, convidou todos os presentes para irem a Angelina passar um dia a fim de verem a realidade dos agricultores, principalmente da agricultura orgânica. Retomando a palavra, o senhor Presidente, Deputado Estadual Aldo Schneider, explicou à plenária que os agricultores fizeram um complemento das considerações do senhor Ivo Macagnan, da Rede Ecovida, para que todos pudessem se inteirar do objetivo da audiência pública. Em seguida, disse que, por uma questão de metodologia, primeiramente iriam ouvir a exposição das propostas existentes dos representantes, tanto do governo federal quanto do governo estadual, e depois a palavra seria concedida aos Deputados Estaduais e aos inscritos, respectivamente. Logo após essa explicação, convidou para se manifestar o senhor Francisco Van de Castele, superintendente do Ministério da Agricultura em Santa Catarina, que cumprimentou todos e informou que o órgão que representava estava comemorando 150 anos e que tem como responsabilidade promover a produção orgânica em nível nacional. Imediatamente, explanou sobre o ressentimento do Brasil no setor de agricultura e qual era a exigência do setor como um todo. Explicou que, primeiramente, no Brasil, teria que existir todo um arcabouço legal, uma estrutura que consistia na lei, no decreto, nas instruções normativas complementares e nas portarias que pudessem dar esse arcabouço e permitir o reconhecimento da agricultura orgânica brasileira. Acrescentou que essa era uma função do Ministério e que depois de uma luta árdua, que se desenrolou basicamente nos últimos anos, conseguiu-se dotar o setor de uma estrutura que pudesse, sim, desenvolver a agricultura orgânica. Comentou que o Ministério da Agricultura, nos últimos anos, a partir de 2005, tem retomado o trabalho nas áreas de produção no estímulo às políticas agrícolas e ao fomento; e que, após muito tempo, o Ministério tinha centrado seu trabalho apenas na área de fiscalização, elegendo essa área como uma grande prioridade. Continuando, manifestou alegria por ver várias ações serem desenvolvidas pelo Ministério da Agricultura em conjunto com as entidades, com o setor que tem as suas próprias demandas. Disse ter convicção de que a área da agricultura orgânica vai ter que se desenvolver no mesmo sentido em que há o desenvolvimento da sociedade brasileira como um todo, em que há o resgate de grande parte da população que sai de uma condição de miséria para uma condição melhor. Avaliou que hoje, pela primeira vez, a maioria da população brasileira estava dentro da classe média, o que significa que o povo tem condições de adquirir produtos cada vez melhores, comentando que é nesse momento que entra a possibilidade de se ter produtos oriundos da produção integrada, ou mesmo os mais nobres, que são da produção orgânica, à disposição do consumidor brasileiro. Disse que a produção orgânica tem que se organizar de tal forma que consiga ter escala de produção e colocar esses produtos à disposição do consumidor, e que não vê outra forma de fechar essa equação senão através de políticas públicas, mas também por meio de uma caminhada rumo ao associativismo e ao cooperativismo, para que se consiga, enquanto consumidores e produtores, encontrar uma forma racional e econômica de fazer com que esse produto nobre chegue ao consumidor. Prosseguindo, informou que a produção orgânica pressupõe todo um arcabouço em que os recursos naturais sejam preservados, em que a produção seja local, ou seja, se evite altos custos para o seu transporte a grandes distâncias. Dito isso, exemplificou contando que há produtos da agricultura que são transportados de uma determinada região de Santa Catarina para São Paulo, a fim de depois voltar ao Estado catarinense e ser consumido aqui, e analisou que é necessário ter

estruturas ágeis para que ocorra a comercialização desses produtos. Disse acreditar que a audiência pública permite que se identifique as lideranças dos setores da área de produção. Em seguida, colocou-se à disposição, enquanto órgão público, a fim de caminhar no sentido de se construir estruturas para que a vida no campo seja tão boa quanto na cidade. Nesse sentido, afirmou ser importante o acesso à Internet no campo, porque através dela há agilidade de informações, de se conhecer o parceiro e de se inserir no mercado, que são fatores importantes, e hoje o Ministério tem condições de atender a isso. Lembrou que a legislação está colocada para todos e que hoje o Ministério tem condições de buscar o reconhecimento da produção orgânica, e opinou que a luta agora era para conseguir aumentar o volume de produção e organizar o mercado, tanto na ponta do consumo quanto na ponta de produção. Comentou que há outros parceiros do governo federal que têm ações estruturantes e afirmou que dentro do Ministério da Agricultura há uma grande oportunidade que não tem sido aproveitada, que são as emendas parlamentares, o Prodesa, que são programas de desenvolvimento agropecuário, os quais têm representado aumento em cima dos recursos colocados à disposição do orçamento do Ministério da Agricultura para emendas parlamentares. Continuando, lamentou que a maioria desses recursos tenha sido empregada pelas Prefeituras, isso quando há repasse dos recursos para aquisição de patrulhas mecanizadas, ao invés de ser usada para ações estruturantes, para organizar a produção orgânica nos Municípios. Disse que essa era uma ação que deveria ser coordenada pelos produtores e por aqueles interessados em pressionar cada um dos Deputados Federais e cada um dos Senadores, visto que eles têm acesso ao Orçamento da União, podem destinar recursos para ações nessa área e podem contemplar estruturas de comercialização, podem contemplar formas de organização da produção orgânica, o que permitiria formar esse canal de comercialização, de contato com o consumidor. Avaliou que a partir daquele momento estavam surgindo várias oportunidades, porque estavam se organizando de forma mais profissional para produzir e para conseguir manter o produtor no campo, e manifestou que o Ministério da Agricultura quer ser parceiro no desenvolvimento desse trabalho. Disse acreditar que há outro fator importante, em paralelo ao produto que sai da propriedade rural e que vai para os centros de consumo, que deve ser desenvolvido e entendido como política pública, que é o turismo rural. Ou seja, há possibilidade de as pessoas que vivem na cidade se deslocarem para o campo, e nesse momento a pessoa terá condições de experimentar os produtos o mais próximo possível do seu local de produção, o que, na realidade, seria outra forma de valorizar a produção orgânica. Finalizando, avaliou que a partir do momento em que se tenha esse tipo de produção se estabelecendo há possibilidade de se entrar com outras características, como a denominação de origem ou a indicação geográfica para determinados produtos, o que permitiria agregar valor à produção e dar um selo especial a esses produtos, de forma que se tenha condição de agregar renda ao trabalho do produtor rural e de permitir que essa condição de melhoria seja obtida para o produtor. Retomando a palavra, o senhor Presidente, Deputado Estadual Aldo Schneider, registrou as seguintes presenças: Claudio Zetlin, ex-Vereador de Pomerode; Ralf Nicolodelli, ex-presidente do PMDB de Pomerode; Vereador Nelson Fischer, de Pomerode; senhor Edimar Salomon, Secretário Municipal da Agricultura e Meio Ambiente de São Bento do Sul; Gert Schinke, presidente do Instituto de Mentalidade Marítima (Inmar); Raquel Macruz, coordenadora do Movimento Saneamento Alternativo Mosal; e acadêmicos da 7ª fase de Jornalismo da Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí (Unidavi). Em seguida, passou a palavra ao senhor Jurandir Gurgel, delegado do Ministério do Desenvolvimento Agrário de Santa Catarina, que iniciou lembrando sobre a importância da fala do senhor Ivo e das demais pessoas que o antecederam e registrou que, se tem desafios, há também muitas coisas boas que estão acontecendo no Estado de Santa Catarina, especialmente nas pequenas cidades, onde as comunidades têm se organizado e, comparando com há quinze anos, esteticamente estão mais belas. Avaliou que não é somente o fator da renda que vai fazer as pessoas permanecerem onde estão, que é fundamental ter o embelezamento das comunidades como condição de bem-estar, de paz de espírito. Nesse sentido, comentou que há comunidades que dão exemplos positivos de como criar um ambiente agradável, atrativo na roça, e parabenizou todos que contribuem para que isso aconteça. Em seguida, rapidamente discorreu sobre algumas ações que o governo federal, através do MDA, tem disponibilizado, enquanto políticas públicas para a agricultura familiar, compreendendo toda a diversidade dos assentados, dos quilombolas, dos indígenas, e, em especial, a agricultura familiar em Santa Catarina. Contou que em 2005 foi iniciado um programa de diversificação econômica em áreas produtoras de tabaco, algo tímido em relação à demanda colocada, mas que muitos agricultores estavam trazendo e mostrando concretamente que era possível transitar de uma cultura convencional, especialmente no caso do fumo, para uma produção agroecológica, com resultados que economicamente não deixavam a desejar. Ainda, avaliou que através dessa diversificação as pessoas estavam sendo menos pressionadas pelas ações da relação de integração, que as famílias estavam vivendo num ambiente mais harmônico nas suas relações pessoais e que muitos consumidores estavam satisfeitos por

acessarem um produto de alta qualidade, que é a produção orgânica e agroecológica. Analisou que há alguns desafios pela frente, como garantir a continuidade da produção com recursos maiores para superar a transição, e informou que há o Programa Nacional de Valorização das Cadeias Produtivas da Sociobiodiversidade, mas que teriam que dialogar com a Rede Ecovida e com outros atores do Estado a respeito desse programa. Prosseguindo, citou que o pinhão é uma cadeia a ser apoiada, mas analisou que deve haver outras coisas na biodiversidade que poderiam ser apoiadas por ações desse tipo. Disse que outro passo importante seria quanto ao conjunto de formulações que foram construídas e implementadas - as linhas oferecidas pelo Pronaf Agroecologia, Pronaf Eco e assim por diante - que existem na cadeia de relações e que irão disponibilizar o recurso para quem quiser fazer a transição agroecológica ou a produção em si. Porém, observou que ainda há algumas dificuldades do ponto de vista das análises técnicas, das planilhas que amparam o investimento para que o agente financeiro tenha segurança de alocar o recurso para o agricultor, para a família interessada na produção. Acrescentou que existem elos que ainda não foram fechados em relação à questão de mercado, uma vez que se produz mas não se tem para quem vender, e indagou como a produção pode ser escoada, observando que essas coisas ainda estão desarticuladas. Continuando, opinou que há pouca coisa a corrigir com relação a algumas questões sobre a disponibilidade de crédito de normativo. [Taquígrafa-revisora: Ana Rita Moriconi de Souza] Registrou que, atualmente, não há problema de acesso a recursos do Pronaf para viabilizar todo o conjunto de tecnologias disponibilizadas ao produtor orgânico agroecológico, acrescentando que todos os tipos de adubação orgânica estão perfeitamente normatizados e enquadrados. Mencionou a necessidade de haver sintonia entre os atores que vão implementar as ações junto aos agricultores. A respeito da questão do espaço para a comercialização de produtos orgânicos, revelou que o Ministério do Desenvolvimento Agrário tem em Santa Catarina uma política de apoio ao desenvolvimento territorial com o auxílio de diversos parceiros, tais como a Secretaria da Agricultura e o Conselho Estadual do Pronaf, e que possuem mais de vinte caminhões refrigerados em condições de apoiar grandes circuitos de comercialização no Estado, abrangendo o mercado convencional das feiras até o mercado institucional da alimentação escolar, incluindo o programa de alimentação do governo federal. Ainda, pediu que ao saírem da audiência as pessoas passassem na Central de Abastecimento do Estado para verem os 22 boxes que foram financiados pela Ceasa, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, a fim de serem utilizados por 22 Municípios da Grande Florianópolis para a comercialização dos produtos da agricultura familiar, e sugeriu que fossem feitas adequações ao projeto original propondo que cerca de cinco boxes sejam voltados à produção de orgânicos. Levando em conta que a Ceasa está vinculada à SDR de Florianópolis, propôs que a Secretaria da Agricultura venha a negociar a cedência do espaço, pois, atualmente, grande parte dele não está sendo utilizada por agricultores familiares. Reiterou seu convite para que todos fossem até a Ceasa, dizendo acreditar ser ela a base da logística capaz de colocar o produto em Florianópolis. Encerrando, explicou a Lei de Assistência Técnica e Extensão Rural (Lei de Ater) dizendo que ela permite financiar, através de chamadas públicas, a assistência técnica para determinados públicos específicos, e pediu que saísse da audiência uma chamada pública específica para a produção orgânica e agroecológica, o que viria consolidar o processo de produção. Na sequência, a palavra foi passada ao senhor Luiz Ademir Hessmann, presidente da Epagri, que cumprimentou os presentes e disse que o maior polo da produção de orgânicos é o extremo oeste catarinense, com uma parceria bastante promissora na região, citando, igualmente, o sul de Santa Catarina. Mencionou que há vinte anos engenheiros agrônomos e profissionais do agronegócio tinham uma visão predominantemente produtiva, acrescentando que os jovens que atualmente são contratados pela Epagri têm conscientização ecológica muito forte, o que gera responsabilidade bastante grande. Avisou não ter dúvidas a respeito do trabalho que a Epagri realiza no Centro de Pesquisa para Agricultura Familiar (Cepaf), nas estações experimentais de Itajaí e Ituporanga, entre outras. Observou que a Epagri sempre está junto daqueles que trabalham com orgânicos, complementando que a questão ecológica precisa estar envolvida em todo produto. Referindo-se ao problema levantado pela senhora Catarina a respeito da dificuldade da Internet, mencionou que um estudo recente feito em 2010 pela Epagri/Cepa mostrou que a média de idade dos produtores está em 48 anos, tendo sido entrevistados mais de seiscentos agricultores em todo o Estado, justificando, com isso, a dificuldade existente. Também comentou que a Epagri sempre vem buscando alternativas junto ao Ministério da Agricultura e ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, pois os produtos orgânicos apresentam alguns problemas, tais como: irregularidade na oferta, dificuldades de investimento, limitação de comercialização no próprio Município. Sobre a certificação, informou que há cerca de 250 propriedades certificadas, complementando que isso precisa ser aprimorado, e disse que o fortalecimento da cadeia produtiva com políticas públicas claras trará bons resultados ao setor. Continuando, mencionou a importância do envolvimento do próprio Município na questão dos orgânicos, havendo toda uma interface com a questão da merenda escolar. Afirmou que o compromisso da Epagri

com o agricultor orgânico é uma bandeira muito forte e aproveitou a oportunidade para citar o exemplo de Concórdia, onde os produtos orgânicos já são vendidos com código de barras devido à organização lá existente. Despedindo-se, avaliou que não podem ficar inertes nem esmorecer diante das dificuldades, acrescentando que de nada adianta os Parlamentares se deslocarem pelo Estado se não há respostas sólidas de viabilidade. Prosseguindo, o senhor Presidente, Deputado Estadual Aldo Schneider, registrou a presença do senhor Luiz Bernardo, Secretário Municipal da Agricultura e Pesca de Garopaba, e do senhor Ivanor Boing, Prefeito de Vitor Meireles. Em seguida, passou a palavra ao senhor Aírton Spies, Secretário Adjunto da Secretaria de Estado da Agricultura de Santa Catarina, que saudou a todos e disse estar feliz em poder exercer, após trinta anos de trabalho na extensão rural e na pesquisa agropecuária, a função de Secretário Adjunto da Agricultura em um momento importante de transição por que passa o setor agrícola e as propriedades familiares no Estado de Santa Catarina. Explicou que se chegou a um modelo de agricultura familiar que foi cantado em verso e prosa por todo o Brasil, complementando que, ao mesmo tempo, percebeu-se que o dito modelo possui diversas fragilidades, como o grande desafio de continuar atraindo os jovens para que mantenham vivo o tecido social nas comunidades rurais, sustentando a qualidade de vida da população que vive no campo e também o abastecimento com alimentos para toda a sociedade. Complementando, disse que o modelo está em xeque, sendo necessário encontrar novas alternativas de sustentabilidade. Contou que o grande desafio é melhorar a atratividade do campo para que lá o jovem permaneça, havendo ainda muitas carências no espaço rural. Mencionou que três coisas fundamentais tiram o sono do agricultor: as adversidades climáticas, que o impedem de investir com mais coragem na produção; a conformidade legal de seus atos em questões ambientais, tributárias, sanitárias, trabalhistas, entre outras; e a questão de mercado, ou seja, ter garantias de que conseguirá vender o seu produto a preço justo. Acrescentou que o Estado apoia suas iniciativas em quatro frentes: pesquisas voltadas à inovação; extensão rural moderna, que contribua para a sustentabilidade; sanidade; e fomento. No tocante ao fomento, disse que ele é usado para alavancagem, explicando que as políticas públicas são pagas pelo contribuinte e só têm sentido se servirem para alavancar uma oportunidade latente ou para evitar ameaças. Adiantou que a produção orgânica ainda está na fase de fomento, precisando do apoio do Estado e de políticas públicas para, efetivamente, consolidar-se e atuar dentro das regras de mercado, lembrando ser necessário haver uma produção que atenda à premissa de produtos de qualidade a preços competitivos e com regularidade de oferta. Prosseguindo, mencionou que algumas frentes já foram definidas na Secretaria da Agricultura para trabalhar nessa direção, como o Programa Juro Zero, que busca zerar os juros de algumas linhas de recursos, e a agroecologia está no topo das prioridades. Reiterou que estão perdendo o potencial empreendedor do jovem por muito pouco, pois ele está deixando de ficar no campo para ser auxiliar de pedreiro ou garçom de churrascaria na cidade, sendo que um dos motivos disso é a falta de acesso à comunicação, à Internet e à telefonia que se enfrenta no meio rural. Contou que, desse modo, a Secretaria da Agricultura lançou o desafio de em quatro anos cobrir todo o meio rural de Santa Catarina com acesso à Internet e à telefonia, já havendo alguns Municípios totalmente integrados, como é o caso de Piratuba. Também citou o Programa Santa Catarina Rural, que vai desenvolver o empreendedorismo no meio rural, principalmente na questão de instrumentos e negócios de agregação de valor à produção agrícola, complementando que serão quinhentas novas agroindústrias familiares, todas com caráter de funcionamento em rede e investimentos coletivos, para que a produção agrícola chegue ao mercado com valor agregado, o que dará mais renda às famílias rurais. Disse ser também secretário executivo do Conselho Estadual do Pronaf e que lá existe a meta de implementar a eficiência das políticas públicas federais no Estado, [Taquígrafa-Revisora: *Carla Greco Granato*] pontuando que o governo do Estado, mesmo com limitações para financiamento de produção, tem condições de fazer com que as políticas públicas federais sejam eficazes. Comentando que no ano passado não conseguiram aplicar toda a cota de recursos do Pronaf disponível, em razão disso, reforçou a necessidade de aprimoramento das políticas públicas. Por fim, reportando-se à colocação feita pelo senhor Ivo, quando disse que a Epagri deveria colocar a agroecologia na sua missão, observou que essa pauta já está na missão da Epagri, uma vez que a porta de entrada do desenvolvimento sustentável é a agroecologia. Na sequência, o senhor Vilmar Dutra, superintendente adjunto da Conab/SC, cumprimentou todos e falou que, como representantes do governo federal no Estado, desenvolveram o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), um importante programa de compra da agricultura familiar, citado pelo senhor Ivo, que foi criado com o advento do Programa Fome Zero. Colocou que o Programa, presente em 50% dos Municípios catarinenses, em oito anos adquiriu mais de R\$ 100 milhões diretamente da agricultura familiar catarinense, sem necessidade de licitação pública, adicionando que 25% desses produtos são orgânicos. Lamentou que Municípios próximos da Capital não conheçam o Programa e sugeriu que as Prefeituras e os agricultores de todos os cantos de Santa Catarina procurem a Conab para conhecer esses programas. Continuando,

disse da importância das feiras livres nos Municípios e da alimentação nas escolas, nos presídios e nos hospitais ser abastecida com produtos da agricultura familiar e orgânica. Ainda, citou que adquiriram da Associação de Agricultores Ecológicos (Agreco), da encosta da serra, de Santa Rosa de Lima e região, produtos de mais de quinhentos agricultores e distribuíram para quatro Municípios da Grande Florianópolis. Colocou a importância de os sindicatos e os conselhos de segurança alimentar trabalharem com esses programas nos Municípios, citando, ainda, que em Chapecó criaram um mercado público regional para a venda da produção de Chapecó e região. Comentou que o presidente da Conab se reunirá com Ministros e entidades para conduzir o novo programa de combate à fome, ao lado da Presidenta Dilma, e adicionou que o PAA será um dos carros-chefe desse programa. Concluiu avisando que o PAA está na Internet, disponível para todos. Retomando a palavra, o senhor Presidente, Deputado Estadual Aldo Schneider, anunciou que o senhor Marcelo Santos do Canto, gerente de mercado do Banco do Brasil, declinou da palavra e colocou-se à disposição para eventuais esclarecimentos. A pedido do Deputado Estadual Padre Pedro Baldissera, o Presidente anunciou a 1ª Amostra Comemorativa ao Dia Nacional do Vinho, que se realizará no dia 1º de junho nesta Casa Legislativa, convidando todos a participarem. Em seguida, fez uso da palavra o senhor Deputado Estadual Dirceu Dresch, que saudou a todos e disse que a audiência pública é de grande importância porque diz respeito a 3.200 agricultores que trabalham com a agroecologia. Registrou a pressão sofrida por esses agricultores, pelas universidades e pelo Estado para adotar o modelo da agricultura convencional, afirmando que os estágios das escolas técnicas estaduais e federais acontecem nas grandes empresas rurais convencionais e que são poucos os técnicos que fazem estágios nas agriculturas familiares. Por isso, salientou que devem repensar os estágios nas comunidades porque essa é uma forma de incentivar esses técnicos a voltar para o campo. Também disse que a pesquisa realizada pela Epagri é importante, mas tem dificuldade de chegar até os agricultores, integrando o instituto, a pesquisa e os agricultores. Frisou a discussão da política pública de acesso ao mercado, aos hospitais, aos presídios e principalmente à alimentação escolar, na compra de produtos da agricultura familiar; e da publicidade, para que o Estado compre os produtos desses agricultores. Prosseguindo, listou ações importantes da agenda do Parlamento, como a retirada do ICMS do pinhão; a lei vetada pelo Governador anterior referente aos 30% da merenda ser orgânica, que está sendo reapresentada na Casa; a ampliação de 25% para 27% do repasse do ICMS para os Municípios, sendo que os 2% de aumento seria o ICMS Ecológico; a criação da frente parlamentar de assistência técnica à pesquisa e à extensão, que discutirá a segurança alimentar; e o pagamento por serviços ambientais vinculado à produção orgânica e agroecológica. Ainda, propôs a criação de uma agenda política com as entidades presentes para dar segmento às propostas colocadas na presente audiência. Finalizando, comunicou que estiveram na semana passada com o Ministro das Comunicações dialogando sobre a Internet e anunciou que o governo implantará uma política para colocação da Internet no interior do País. Ato contínuo, o senhor Deputado Estadual Padre Pedro Baldissera avaliou que a audiência pública é para ouvir as reais demandas dos agricultores a fim de que os Parlamentares deem encaminhamento. Por isso, parabenizou os presentes pela realização da audiência pública e disse que os Parlamentares deliberaram a constituição de um fórum parlamentar para discussão desse tema no interior do Estado, a fim de encaminhar as diferentes políticas para a inclusão dos agricultores. Encerrando, parabenizou as duas Comissões pelo debate. A seguir, o senhor Deputado Estadual Volnei Morastoni saudou a todos e parabenizou-lhes pela realização da audiência. Registrou que a Comissão de Saúde está percorrendo o Estado debatendo a situação da saúde em Santa Catarina e anunciou que no dia 8 de julho o Ministro Padilha estará nesta Casa para debater a saúde, a Emenda Constitucional nº 29, a defasagem da tabela do SUS e os novos programas da saúde. Disse isso para destacar que esse esforço será em vão se não conectarem o tema ora discutido na audiência com a saúde. Citou os quatro pilares fundamentais na saúde: promoção, prevenção, tratamento e reabilitação [Taquígrafa-revisora: *Ione T. R. de Melo*], porém comentando que hoje todos os esforços estão direcionados para a doença e que é necessário tratar o doente com dignidade e oferecendo terapias alternativas. Aclarou ser importante uma alimentação saudável, com produtos orgânicos e agroecológicos para mudar o quadro atual da saúde, explicando que os movimentos da agricultura familiar e da saúde devem se unir para fazer essa integração e alcançarem os objetivos almejados. Ao final, agradeceu a todos pela participação. Retomando a palavra, o senhor Presidente, Deputado Estadual Aldo Schneider, concedeu a palavra à senhora Carla Rejane de Oliveira, supervisora de Assistência ao Estudante, neste ato representando a Secretaria de Estado da Educação e a Secretaria de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis, que saudou a todos e a todas. Relatou que em 2010 a Secretaria da Educação realizou um trabalho em 18 unidades escolares da Grande Florianópolis, as quais receberam alimentos orgânicos, como repolho, brócolis, beterraba, banana, entre outros. Enfatizou que para 2011 a Secretária da Educação está em processo de licitação para a agricultura familiar com produção orgânica, a fim de haver a distribuição dos produtos na escola de ensino, na

educação de jovens e adultos, no centro de educação profissional da casa rural, nos núcleos de atendimento ao ensino supletivo e nas unidades descentralizadas. Ainda comunicou que a Secretária da Educação está cumprindo a Resolução nº 38, de 2009, do FNDE, que garante o consumo de 30% dos alimentos orgânicos na alimentação escolar através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que atende as necessidades nutricionais dos alunos durante o período em sala de aula, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes, além de promover a formação de hábitos alimentares saudáveis; e o projeto Escola Tempo Integral. Finalizando, analisou que, apesar de a Secretária da Educação estar fomentando o consumo orgânico nas escolas, é necessário haver política pública estadual que contemple programas estaduais e municipais e garanta a utilização de produtos orgânicos na alimentação escolar, interpretando que a introdução dos produtos orgânicos na merenda escolar beneficiará também a agricultura familiar. Na sequência, a senhora Maria Clara Vinotti, professora, desejou bom-dia a todos e, utilizando slides, comentou sobre os projetos implantados na Escola Estadual América Dutra, contemplada com o projeto Ambial, que possui alunos que ficam os dois períodos, assim introduzindo toda a escola no processo de educação ambiental, alimentar e de culinária alternativa. Ressaltou que para a escola, os alunos e a Secretária da Educação ficou demonstrado que ao se consumir alimentos saudáveis está se investindo na própria saúde. Por fim, agradeceu a todos pela oportunidade de se manifestar. Ato contínuo, o senhor Natal João Magnanti desejou bom-dia a todos e contestou algumas coisas colocadas na audiência, comentando que o Estado tem tomado medidas e a Casa também, em relação ao programa de alimentação escolar, e assegurando que existe problema porque o Estado não está cumprindo com a legislação. Provocou a Secretaria a comprovar o processo de licitação que está realizando, porque o Conselho de Alimentação Escolar reviu todos os documentos e o parecer não é bom, expondo que a iniciativa é boa, que a sua instituição faz parte, mas que o processo de licitação está parado na Secretaria. Em relação ao Pronaf da certificação, explicou que a agência do Banco do Brasil de São Joaquim não concedeu crédito a um grupo de agricultores porque foi colocada a possibilidade de a certificação ser feita por uma organização chamada OPAC - Organismo Participativo de Avaliação de Conformidade -, da Rede Ecovida de Agroecologia. Também garantiu que há problemas que devem ser sanados para não ter problemas no futuro. Prosseguindo, corroborou com a proposta do Deputado Dirceu Dresch em relação à continuidade da discussão e do processo de transição agroecológico. Esclareceu que existem políticas públicas, que existem vários programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), mas que nem todos chegam até a ponta. Questionou por que no Estado de Santa Catarina aconteceu uma involução na comercialização dos produtos nos últimos anos, respondendo que isso ocorreu devido à terceirização da alimentação escolar e colocando que quatro grandes empresas é que estão ganhando dinheiro com isso. Encerrando, agradeceu a todos por poder se manifestar. Retomando a palavra, o senhor Presidente, Deputado Estadual Aldo Schneider, respondeu ao senhor Natal que haverá uma nova reunião a fim de discutir o que a Comissão fará para dar continuidade ao assunto, e que a primeira medida é traçar um cronograma de atividades. Ainda, comunicou que a proposição do Deputado Dirceu Dresch já está acatada. Em seguida, passou a palavra ao senhor Mauro Beal, vice-presidente da Câmara Italiana de Comércio e Indústria de Santa Catarina, que cumprimentou todas as autoridades e todos os presentes. Inicialmente, corroborou com as palavras do senhor Natal e comunicou que há cinco anos a Câmara Italiana criou o primeiro consórcio de exportação dos produtos orgânicos do Brasil, mas que, apesar de conseguirem clientes no exterior, não possuíam continuidade na produção. Relatou que os órgãos públicos não fazem a sua parte e que o que realmente existe são programas. Também pronunciou que o Parlamento catarinense deveria acompanhar as reuniões da Comissão Estadual dos Produtores de Produção Orgânica e solicitou que a Assembleia Legislativa persuadisse o governo estadual a criar uma política pública. Finalizando, afirmou que os agricultores e as pessoas que os estão apoiando fazem a sua parte e que chegou a hora de o governo fazer a parte dele. Ato contínuo, o senhor Paulo Tagliari, técnico da Epagri, agradeceu à Alesc pela acolhida que proporcionou à agricultura orgânica e sugeriu que o site da Alesc acolha o portal da agricultura orgânica. Reforçou a fala do Deputado Dirceu Dresch em relação à continuidade dos debates e sugeriu a implantação de um grupo permanente de consultoria da produção agroecológica na Assembleia Legislativa. Ao final, comunicou que a Epagri tem como proposta sediar o portal da produção orgânica estadual, fornecendo todas as informações necessárias, inclusive a importância dos produtos orgânicos para a saúde. Em seguida, o senhor Eduardo Antônio Ribas Amaral, coordenador da Comissão da Produção Orgânica em Santa Catarina e técnico do Ministério da Agricultura, comentou que os alimentos excedentes serão doados a duas entidades. Disse que o Estado tem condições de ser líder na questão da agricultura orgânica, mas que, apesar das boas características da agricultura familiar, a coisa não anda. Alegou que nos últimos anos o Estado tem ficado estagnado e perguntou o que está acontecendo, aclarando que na presente

audiência pública foram levantadas questões relacionadas à política de incentivos fiscais diferenciadas para a agricultura orgânica no Estado. [Taquiígrafa-revisora: Jacqueline de O. V Bitencour] Sugeriu que o Orçamento de 2012 contemple recursos significativos à agricultura orgânica, principalmente para a pesquisa agropecuária e a extensão rural, bem como o fortalecimento e o incentivo do mercado institucional através de repasses constitucionais aos Municípios para a compra obrigatória de produtos orgânicos às escolas. Quanto às demandas institucionais, solicitou à Epagri que reestruture o programa de agroecologia. Observou que a Epagri investiu na formação de especialistas em homeopatia, mas que esses não estão sendo bem aproveitados, reportando-se à produção de leite orgânico no oeste de Santa Catarina. Encerrando, colocou, em relação ao Banco do Brasil, a necessidade de trabalhar melhor com o Pronaf. Retomando a palavra, o senhor Presidente, Deputado Estadual Aldo Schneider, justificou a saída do Deputado Dirceu Dresch e passou a palavra ao senhor Geraldo Luiz da Silva Jardim, representante da Rede Latino-Americana de Plantas Mediciniais, que após os cumprimentos sugeriu que as idéias apresentadas nesta audiência fossem destacadas de forma integrada, em respeito às pessoas e aos setores que as apresentaram. Pontuou que, se a dieta sofresse uma redução de 50% de produtos industrializados, em dez anos teríamos uma redução de 42% do uso de remédios alopáticos, lembrando que existem dados que evidenciam que a agricultura orgânica sempre foi a base da saúde pública. Finalizou caracterizando como mentirosa a alegação de que a agricultura orgânica não tem capacidade para alimentar a população. Em seguida, o senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Enio Luiz Pedrotti, representante do Reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, que iniciou ilustrando uma das reflexões que permeia o ambiente universitário, ou seja, a expressão "a gente é o que come". Nesse contexto, definiu como principal papel desta instituição formar profissionais para atuarem nessas áreas. Lembrou que a partir da organização e da pressão dos produtores, dos consumidores e das instituições formadoras de opinião é que conseguiram avançar nesse sentido. Encerrou colocando a Universidade à disposição de todos. Ato contínuo, o senhor Antônio Augusto Mendes dos Santos, presidente do Conselho Estadual de Alimentação Escolar, mostrou fotos sobre a qualidade da merenda escolar em Santa Catarina, associando o risco de contaminação da merenda nas escolas à falta de acompanhamento técnico. E sugeriu que os Deputados busquem saber o que os nossos alunos estão comendo, considerando paradoxal a qualidade da merenda oferecida aos alunos e o potencial produtivo do Estado. Na continuidade, o senhor Presidente passou a palavra ao próximo inscrito, o senhor Neri Heitor Zanette, engenheiro agrônomo e produtor de insumos para a produção orgânica, que alegou que a pressão das multinacionais produtoras de agrotóxicos emperra a evolução da produção orgânica na Anvisa e no Ministério da Agricultura, evidenciando a necessidade de mudanças nas leis. Na sequência, o senhor Mário Schoner, presidente do Instituto Anima de Cultura e Desenvolvimento Sustentável, relatou que acompanha três cooperativas familiares de produção orgânica no sul de Santa Catarina e parabenizou o papel extraordinário da Conab e do PNAE em Santa Catarina. Porém, alertou para um grave problema encontrado no Programa: o fato de não ter caráter permanente, de não ter um planejamento de forma contínua. Considerou a importância de conscientizar a Presidente Dilma de que o PAA é um dos principais suportes do Programa Fome Zero e posicionou-se absolutamente contrário à terceirização da merenda escolar. Finalizando, comentou que existem importantíssimos profissionais na área da agroecologia na Epagri e que os gerentes regionais impedem que esses atuem nas cooperativas. Ato contínuo, o senhor Presidente, Deputado Estadual Aldo Schneider, pediu a compreensão dos presentes justificando que, apesar de ainda haver inscritos, teriam que encerrar a audiência devido ao adiantado da hora. Agradecendo a todos pela presença, afirmou que todas as audiências da Comissão de Agricultura tiveram início, meio e continuidade, e informou que possivelmente no mês de junho a assessoria da Comissão fará contato com todos os presentes. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente encerrou a audiência pública. [Taquiígrafa-revisora: Sandra Mara Coelho]

**DEPUTADO ESTADUAL ALDO SCHNEIDER
PRESIDENTE**

*** X X X ***

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PROMOVIDA PELA COMISSÃO DE SAÚDE PARA DEBATER SOBRE A DESCENTRALIZAÇÃO EM ALTA COMPLEXIDADE EM PEDIATRIA E A SAÚDE NA REGIÃO SERRANA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, REALIZADA NO DIA 12 DE MAIO DE 2011, ÀS 15H, NO AUDITÓRIO DO CENTRO DE CIÊNCIAS AGROVETERINÁRIAS, EM LAGES.

Aos doze dias do mês de maio de 2011, às 15h, realizou-se no Auditório do Centro de Ciências Agroveterinárias, em Lages, audiência pública com o objetivo de debater sobre a descentralização em alta complexidade em pediatria e a saúde na região serrana do Estado de Santa Catarina. A audiência, promovida pela Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa, foi proposta pelo Deputado Estadual Dado Cherem, e presidida pelo senhor Deputado Estadual Volnei Morastoni, que imediatamente convidou para tomarem assento à mesa as

seguintes autoridades: Deputado Estadual Dado Cherem, proponente da audiência e membro da Comissão de Saúde da Alesc; Walter Gomes Filho, superintendente de Planejamento e Gestão, representando o senhor Dalmo Claro de Oliveira, Secretário Estadual da Saúde; Promotor Giancarlo Rosa Oliveira, representando o Ministério Público Estadual; Juliano Polese Branco, Secretário Municipal de Saúde de Lages, representando o Prefeito de Lages, senhor Renato Nunes de Oliveira; Sandra Maria Ferraz, representando a Diretoria de Ensino do Centro de Ciências Agroveterinárias; Natividade Brizuela, representando o presidente do Hospital Infantil Seara do Bem, senhor Frederico Manoel Marques; e José Antonio de Melo, Prefeito de Bom Retiro. A seguir, informou que o Deputado Estadual Elizeu Mattos chegará mais tarde, visto que está numa audiência com o Governador do Estado, e registrou as seguintes autoridades: Sebastião Blévio Proença e Amilton da Silva, representando a 27ª Gerência Regional de Saúde; Jane Maria Gerber Neves, representando o Prefeito do Município de Cerro Negro, senhor Janerson José Delfes Furtado; Vereadora Laurita Emília Besen, Presidente da Câmara Municipal de Bom Retiro; Vereador Antônio Carlos Paes de Oliveira, Presidente da Câmara Municipal de São José do Cerrito; Gislaíne Aparecida Arruda Padoim, Presidente da Câmara Municipal de Rio Rufino; Beatriz Bleyer Rodrigues Montemazzo, Secretária Municipal de Saúde de Urupema; Dilmar Ribeiro Pereira, Secretário Municipal de Saúde de Correia Pinto; Gerson Eduardo Macedo, Secretário Municipal de Saúde de Urubici; Francine Aparecida Formiga, representando o Secretário Municipal de Saúde de Palmeira, senhor Rui Tadeu Andrade; Vereador Ivo Adolfo Werlich, do Município de Bom Retiro; e Vereador Landoaldo José Freiburger, do Município de Bom Retiro. Em seguida, acusou o recebimento de justificativa de ausência dos Deputados Estaduais Jorge Teixeira e Sargento Amauri Soares, por compromissos assumidos anteriormente. Ato contínuo, informou que a audiência pública realizada no Município de Lages faz parte de uma série de audiências que está sendo realizada, através da Comissão de Saúde, em todo o Estado, como foi em Criciúma, na Grande Florianópolis e em Chapecó, e outras audiências agendadas que serão realizadas em vários Municípios. Contou que esteve esta semana com o Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, em Brasília, para convidá-lo a participar de uma audiência, no mês de junho, para discutir sobre o financiamento da saúde, a tabela do SUS, a Emenda Constitucional 29, a qual tramita no Congresso Nacional, pois são questões que sempre aparecem em todas as audiências, e para saber o que o Ministério está pensando para a área da saúde, no que obteve uma resposta positiva. Em seguida, informou que o Deputado Estadual Dado Cherem, conhecedor da realidade nessa área, como ex-Secretário da Saúde, propôs à Comissão de Saúde da Alesc audiências públicas para debater a necessidade da descentralização em alta complexidade em pediatria. Avaliou que, se a alta complexidade para os adultos estava mais avançada, embora ainda haja muito que fazer, na pediatria ainda estava muito aquém, principalmente em quatro áreas pediátricas: oncologia, neurocirurgia, cirurgia cardíaca e ortopedia. Manifestou que gostaria de saber como estão as condições dos hospitais, no interior do Estado, para receber a descentralização nessas áreas que requerem especialistas, infraestrutura e assim por diante. Citou, por exemplo, que a área de oncologia pediátrica requer um trabalho de equipe, requer uma infraestrutura hospitalar de UTI. E lembrou que muitas crianças que vêm do extremo sul, do oeste, do planalto serrano, geralmente para a Capital, para fazer quimioterapia, que centraliza esse serviço pediátrico, depois retornam com mais dificuldades ainda. Nesse sentido, disse ter certeza que todos ali concordavam que era preciso avançar com mais rapidez na descentralização desse tipo de serviço, assim como em outros serviços. Manifestou que era preciso aproveitar a oportunidade para colher dos Prefeitos, dos Vereadores, dos Secretários Municipais de Saúde, sugestões, avaliações ou documentos sobre a situação na área da saúde nos hospitais e as suas principais necessidades em cada Município do Estado. Após, explicou que será elaborado um documento, no qual a Comissão de Saúde da Alesc irá estudar a realidade ali retratada para tirar as propostas e, depois, será marcada uma audiência com o Governador e com o Secretário de Estado da Saúde para apresentar os encaminhamentos pertinentes. Informou que o relatório desta audiência estará disponível a todos os interessados, e que ele será enviado na íntegra ao Governador e ao Secretário de Estado da Saúde para que as suas assessorias possam analisá-lo, e destacou que independente disso a Comissão de Saúde vai extrair ações concretas em curto, médio e longo prazos, para melhorar a situação na área da saúde no Estado de Santa Catarina. Em seguida, explicou a metodologia da audiência, estipulando um tempo de manifestação para as autoridades que compunham a mesa e para a assembleia. Ato contínuo, passou a palavra ao Deputado Estadual Dado Cherem, membro da Comissão de Saúde da Alesc e proponente da audiência, que inicialmente cumprimentou todas as autoridades da mesa e todos os participantes. Disse da sua alegria de estar participando com todos para,

conjuntamente, sociedade civil e Poder Público, fazer alguns encaminhamentos pertinentes e importantes para toda a região na área de pediatria, mais especificamente na área da descentralização em alta complexidade. Manifestou que a sua experiência, enquanto Secretário Estadual da Saúde, mostrou-lhe algumas situações, algumas frustrações, algumas angústias, mas que, acima de tudo, ensinou que o Município, o Estado e a União têm que estar juntos com a sociedade civil para resolverem os problemas. Avaliou que nada mais injusto, mais perverso que separar uma criança de sua família num período de dor, de sofrimento. Nesse sentido, disse que, mais do que nunca, era necessário dar uma resposta o mais rápido possível para esse problema na área da saúde. Comentou que a qualificação na área da saúde hoje, por parte das regiões, é diferente em comparação há dez anos, em que havia várias dificuldades de toda sorte, como de recurso, de RH, de capacidade física, de tecnologia, e avaliou que à medida que a área da medicina avança a população vai exigindo mais saúde pública. Comentou que ele e a Deputada Federal Carmen Zanotto, profunda conhecedora do sistema público de saúde, avançaram naquilo que racionalmente foi-lhes permitido de acordo com as suas gestões, considerando que conseguiram avançar muito para o interior do Estado na descentralização em alta complexidade para adulto na área de cardiologia, oncologia, ortopedia e neuro. E que agora, como Deputado Estadual, quer dar a sua contribuição na área da pediatria, e avaliou que o grande desafio agora é ofertar serviço com qualidade, porque muitas vezes há o serviço, mas não existe resultado prático daquilo que foi conquistado, o que acaba frustrando a população. Reportou-se ao Deputado Estadual Volnei Morastoni quando ele citou as especialidades na área da saúde, e lembrou que em tese elas não são permanentes, mas foram as especialidades que se conseguiram chegar, e salientou que cada cidade tem a sua peculiaridade regional. Dito isso, citou que a comunidade, na cidade de Chapecó, por exemplo, propôs uma UTI neonatal, já na cidade de Criciúma foi sugerida uma maternidade de gestão de alto risco. Prosseguindo, acrescentou que estavam em Lages para ouvir qual a proposta da comunidade na área da saúde, para depois levar a sugestão ao Governador Raimundo Colombo e ao Secretário de Estado da Saúde. Opinou que a comunidade de Lages tem uma grande oportunidade pela frente, visto que o Governador é dali e tem um carinho todo especial pela região. Nesse sentido, disse que a sua contribuição era ajudar a construir essa estrada, às vezes difícil de ser construída, mas desejou que todos pudessem caminhar juntos. Por isso, destacou que estavam ali mais para ouvir do que para falar. Em seguida, explicou que a audiência foi marcada para o período da tarde porque ele e o Deputado Volnei tiveram sessão no período da manhã, na Assembleia Legislativa. Finalizando, agradeceu a presença de todos e desejou uma boa-tarde. Retomando a palavra, o senhor Presidente, Deputado Estadual Volnei Morastoni, registrou as seguintes presenças: Saulo Ramos Neto, representando o Consórcio Intermunicipal de Saúde da Amures; Ivone Zambam Koech, representando o diretor-geral do Hospital Geral e Maternidade Tereza Ramos, senhor Osmar Guzzatti Filho; Sisi Blind, Secretária Municipal de Saúde de São Cristóvão do Sul, representando o Prefeito de São Cristóvão do Sul, senhor Jaime Cesca; Marta Regina Góss, Prefeita do Município de Bocaina do Sul; e Mariléia da Costa Mello, Secretária Municipal de Saúde de Bocaina do Sul. A seguir, passou a palavra ao senhor Walter Gomes Filho, superintendente de Planejamento e Gestão, representando o senhor Dalmo Claro de Oliveira, Secretário Estadual da Saúde, que cumprimentou todos da mesa e a comunidade que se fazia presente na audiência. Em seguida, revelou que o Estado de Santa Catarina, ao longo dos últimos anos, tem colocado, através de incentivos, algum dinheiro, algum financiamento nos hospitais infantis. Acrescentou que no Hospital Infantil de Lages foram colocados valores bastante substanciais, embora sabendo que sejam valores insuficientes para as atividades realizadas na unidade, e ponderou que hoje havia uma diminuição no histórico das internações clínicas por conta da atenção básica que estava sendo desenvolvida, principalmente nos Municípios. afirmou que se estava estudando, juntamente com o Colegiado dos Secretários Municipais de Saúde, uma nova proposta, uma reestruturação para o hospital da região. Referindo-se ao Deputado Estadual Volnei Morastoni, contou que na semana passada participou de uma reunião, juntamente com o Ministério da Saúde, onde foram encaminhadas demandas, as quais foram fruto de outras audiências públicas no Estado, promovidas pela Assembleia Legislativa. E o Ministério sinalizou uma nova proposta, em não fazer mais o mesmo, mas, sim, fazer diferente, de refinar e investir, sobretudo na área materno-infantil, ao qual a Presidenta e o seu *staff* nomeou de Rede Cegonha. Opinou que essa proposição poderia ser uma saída para o Hospital Seara do Bem, assim como para os outros hospitais infantis do Estado. Nesse sentido, disse acreditar que deve sair uma portaria nova do Ministério da Saúde, em julho, e comentou que estava participando incansavelmente das reuniões e de todo o debate para que esse dinheiro aporte logo no Estado de Santa

Catarina. Desejou que se pudesse, juntamente com o colegiado de gestão regional, com os gestores municipais da saúde, trazer soluções para esses hospitais, com propostas novas de incremento de novos serviços. Manifestou ter conhecimento, especificamente em Lages, de um grupo de abnegados homens livres, de bons costumes, que fazem a gestão do Hospital Infantil, e que trazem em seu âmago todo o bem que esse hospital faz para a comunidade, e expôs que estava bem sensível quanto a essa questão. Concluindo, parabenizou a Assembleia pela iniciativa, e reportou-se ao que disse o Deputado Estadual Dado Cherem, que eles estão ali para escutar e registrar os anseios da comunidade naquilo que cabe à alta complexidade no Hospital Infantil. Ato contínuo, fez uso da palavra o Promotor Giancarlo Rosa Oliveira, representando o Ministério Público Estadual, que cumprimentou todos e informou que estava na audiência representando o Procurador-Geral de Justiça, Lio Marcos Marin, e a Promotoria da Infância e Juventude, na qual atualmente trabalha. Entendeu ser produtiva e necessária a presença do Ministério Público na audiência, porque o Ministério, muitas vezes, depara-se com determinadas situações relacionadas à saúde no Município, e essas demandas chegam de uma forma tão emergencial ao Ministério que ele acaba tomando algumas medidas, de certa forma, urgentes, visando resguardar o interesse da pessoa que procura o serviço, mas principalmente para buscar a solução e a obtenção de um serviço que poderia ser disponibilizado de forma mais tranquila se existisse uma estrutura elaborada. Com relação à questão da alta complexidade, disse acreditar que as necessidades de atendimentos emergenciais possam diminuir, se os hospitais da cidade forem equipados, principalmente o Hospital Infantil. *[Taquígrafa-revisora: Ana Rita Moriconi de Souza.]* Em seguida, parabenizou a iniciativa da Assembleia Legislativa e colocou-se à disposição para esclarecer eventuais dúvidas sobre as questões relacionadas à saúde no Município. O senhor José Antônio de Melo, Prefeito de Bom Retiro, saudou os presentes e falou da importância da discussão da alta complexidade, salientando que é do conhecimento dos Prefeitos o alto custo do tratamento de alta complexidade longe do domicílio. Disse da preocupação acerca do atendimento emergencial nos hospitais da região e entregou à Presidência da Comissão uma reportagem publicada no Correio Lajeano, contendo uma entrevista do doutor Nazareno Jorgealem Wolff, Procurador da República em Lages, sobre o tema discutido. Agradeceu o convite e se colocou à disposição para os futuros debates. O senhor Presidente abriu as inscrições para quem quisesse se manifestar e concedeu a palavra ao senhor Juliano Polese Branco, Secretário Municipal de Saúde de Lages, que cumprimentou as autoridades e os participantes da audiência. Apresentou *slides* retratando a saúde no Hospital Infantil Seara do Bem, hospital filantrópico que tem contratualizado o atendimento da média complexidade, cirúrgica e clínica, e retratando a situação da atenção básica na região polo da serra catarinense, a saber: foram repassados para a média complexidade R\$ 1.788.000,00, que corresponde a 104% da meta de produção pactuada; para os procedimentos ambulatoriais R\$ 594.000,00, que corresponde a 109%; para a alta complexidade em ortopedia R\$ 44.000,00, que corresponde a 48% - sinalizando que o hospital necessita de anestesistas, visto que o recurso está garantido para a execução dos procedimentos, os anestesistas estão dispostos a trabalhar, porém a carga horária contratada é inferior à real necessidade. Através do auxílio municipal foram repassados R\$ 870.000,00; de recursos próprios do Município foram repassados R\$ 1.020.000,00; de Incentivo à Contratualização Estadual foram R\$ 152.000,00, repassados pela Secretaria de Estado da Saúde; de Incentivo à Contratualização Federal foram R\$ 120.000,00, repassados pelo Ministério da Saúde; e do Integrasus foram R\$ 316.000,00. Relatou a participação dos três Entes Federados, a saber: R\$ 1.890.000,00 da Secretaria Municipal de Saúde, equivalendo a 38,5%; R\$ 152.000,00 da Secretaria de Estado da Saúde, equivalendo a 3%; e R\$ 2.862.000,00 do Ministério da Saúde, equivalendo a 48,5%; num total de recursos repassados na ordem de R\$ 4.904.000,00. Além disso, informou que o hospital conta com a receita de convênios, de atendimentos particulares e de doações. Comunicou que o perfil dos pacientes mudou em virtude do trabalho realizado pelas 38 Equipes de Saúde da Família; pelas 6 Equipes de Agentes Comunitários da Saúde; pelas 4 NASF's; e pela Coordenação Saúde da Criança. Comentou que o hospital conta com 23 médicos pediatras, sendo o ideal 30; foram oferecidas 22.572 consultas em pediatria em 2010; e houve redução de 46% na mortalidade infantil. Fez uma comparação, que a serra catarinense está para Santa Catarina assim como o Nordeste está para o Brasil, em relação à mortalidade infantil. Acreditou que há viabilidade da oncologia pediátrica ser implantada no Hospital Infantil; que conversando com os neurologistas que atuam no Hospital Nossa Senhora dos Prazeres podem trazer alguns deles para o Hospital Infantil; assim como futuramente poderão implantar a cardiologia pediátrica, ampliando o atendimento à alta complexidade. Contou que o hospital pediu R\$ 392

mil para custeio dos serviços, e enfatizou que precisam de R\$ 170 mil por mês, além dos recursos do Município, para manter o hospital atendendo a região serrana. Colocou-se à disposição para eventuais esclarecimentos. A senhora Natividade Brizuela, representando o presidente do Hospital Infantil Seara do Bem, senhor Frederico Manoel Marques, pediu ao doutor Raniero Magnabosco Laghi, cirurgião ortopedista do Hospital Infantil, que fizesse colocações a respeito das demandas judiciais que determinam que o hospital realize cirurgias de alta complexidade; do teto salarial para essas cirurgias; e da situação financeira pela qual a ortopedia está passando. O senhor Raniero Magnabosco Laghi, cirurgião ortopedista do Hospital Infantil, desejou boa-tarde a todos e comentou que o último convênio assinado discrimina a abrangência de 1 milhão e 110 mil habitantes, e protestou que somente um ortopedista pediátrico atuando na região torna o trabalho inviável e gera uma demanda reprimida. Contou que no dia anterior esperavam por atendimento quase oitenta pacientes, ressaltando que é desumano tanto para o paciente como para a equipe médica. Também pontuou que estão avalizados a realizar sete cirurgias por mês, mas não as fazem por falta de espaço físico dentro do hospital. Exemplificou uma cirurgia de escoliose que demanda oito horas, mas não a realizam porque o anestesista cumpre carga horária de quatro horas. Além da questão financeira, que para quatro cirurgias recebem recursos na ordem de R\$ 7 mil, mas, na realidade, uma cirurgia de escoliose está na faixa de R\$ 40 mil. Em razão disso, falou que recebem ações judiciais obrigando o hospital a cumprir o que está contratualizado. Enalteceu que somando tudo isso é impossível fazer Medicina, pelo menos, humana. Pediu que as autoridades olhassem para essa situação. Solicitou que, ao ser firmando um convênio, unam as partes e façam um acordo em conjunto. Frisou que a Medicina da região merece e precisa maior atenção, que tem profissional disposto a trabalhar, mas deve haver lógica nos procedimentos. Focou que existe uma demanda reprimida de consultas e de cirurgias, mas que pode ser solucionada se houver boa vontade de todos. O Deputado Estadual Dado Cherem, para esclarecer uma dúvida, comentou sobre o valor de R\$ 7 mil na realização de uma cirurgia de coluna, ao passo que, o senhor Raniero Magnabosco Laghi, cirurgião ortopedista do Hospital Infantil, respondeu que o convênio os obriga a atender uma população de 1 milhão de habitantes; a fazer 50 consultas por mês; e realizar 4 cirurgias de alta complexidade por mês, sendo que para cada 1 cirurgia de alta complexidade exigem que se faça 12 cirurgias de média complexidade, num total de 52 cirurgias, tendo como teto o valor de R\$ 7,5 mil. Fazendo uso da palavra, o senhor Juliano Polese Branco, Secretário Municipal de Saúde de Lages, esclareceu que a pactuação das quatro cirurgias é somente da alta complexidade e que os recursos da média complexidade estão dentro do teto financeiro dos 138 mil, e admitiu que mesmo assim o recurso é insuficiente. O senhor Raniero Magnabosco Laghi, cirurgião ortopedista, frisou que junto com essas quatro cirurgias de alta complexidade, o convênio obriga a fazer doze cirurgias de média complexidade. *[Taquígrafa-revisora: Sabrina Roberta Schmitz.]* Continuando com as suas considerações, o Deputado Estadual Dado Cherem perguntou se o pactuado entre o hospital e a Secretaria de Estado da Saúde, entre média e alta complexidade, seria impossível cumprir, obtendo uma resposta afirmativa por parte do doutor Raniero, e perguntou se o dinheiro para a órtese ou a prótese a ser colocada na coluna também não viria. O doutor Raniero Magnabosco Laghi respondeu que, conforme dados passados pela administração do hospital, essas cirurgias eram feitas até o ano passado no Hospital Nossa Senhora dos Prazeres e que o governo pagava de forma administrativa, mas que da metade do ano passado em diante não pagaram mais, havendo um déficit em torno de R\$ 600 mil no final de 2010, e como quem estava suportando isso era o próprio hospital, eles disseram que não fariam mais. Continuando com as suas interpelações, o senhor Deputado Estadual Dado Cherem perguntou como havia ficado a questão da psiquiatria em relação ao hospital, sendo explicado pelo doutor Juliano Polese Branco, Secretário Municipal de Saúde de Lages, que existe um projeto para a construção de um novo pronto-atendimento, no qual o Estado investiu algo em torno de R\$ 800 mil, tendo sido confirmados mais R\$ 250 mil pelo Governador para a obra de interligação entre o prédio e o interior do hospital, e tão logo seja transferido o pronto-atendimento, que atualmente fica na parte baixa do hospital, o espaço será transformado em ala psiquiátrica, até como forma de agregar recursos ao Hospital Infantil. Sobre a fala do doutor Raniero Magnabosco Laghi, lembrou que o Estado já está auditando a diferença entre o que existia pactuado e a produção das altas complexidades existente nas contas, tanto de ortopedia quanto de neurocirurgia, e que esperava que nos próximos meses o Estado dirimisse quaisquer dúvidas existentes em relação às contas e pagasse o valor atrasado. Esclareceu que o Município de Lages, desde setembro de 2009, quando passou a entender melhor como funcionava o sistema da alta complexidade, encaminhou ofício aos hospitais dizendo que só poderia arcar com os custos até o limite

financeiro recebido do Ministério da Saúde em alta complexidade, e assim transferiu todos os recursos federais que vieram, porém para o Hospital Nossa Senhora dos Prazeres, aí abrangendo também as cirurgias do Infantil, que eram realizadas no Nossa Senhora dos Prazeres por falta de estrutura no Hospital Infantil, mais de R\$ 1 milhão ficou pendente, mas que está sendo encaminhado através da Secretaria de Estado para pagamento nos próximos meses. Disse que essa situação aconteceu em 2009, em 2010, e que provavelmente acontecerá em 2011, porque as metodologias de pagamento e de trabalho continuam sendo as mesmas, avaliando que é hora de se buscar uma solução definitiva para essa situação do subfinanciamento, que tem origem na tabela do SUS. Novamente fez uso da palavra o senhor Deputado Estadual Dado Cherem para perguntar se a falta de anestesistas é um problema específico da ortopedia ou da cirurgia pediátrica de modo geral, sendo respondido pelo senhor Juliano Polese Branco, Secretário Municipal de Saúde de Lages, que o Município tem treze anestesistas que trabalham no Hospital Tereza Ramos, que tem dois centros cirúrgicos (obstetrícia e geral); em duas ou três salas, dependendo do momento, no Hospital Nossa Senhora dos Prazeres; no Hospital Infantil Seara do Bem, para ser suprido com escala de 24 horas por doze profissionais, porque um se dedica exclusivamente a um hospital privado da região; e numa outra maternidade. Explicou que o grupo montou uma empresa, um grupo fechado, mas que vem tendo dificuldades, tanto de negociação por parte dos hospitais, quanto de manter outros profissionais que queiram vir para a região, visto que a peculiaridade e a especificidade da anestesiologia não permitem que um único profissional consiga se manter sozinho dando suporte, e exemplificou dizendo que o Hospital Infantil sofreu isso num passado recente, quando trouxe um profissional de fora que acabou indo embora, porque não suportou o excesso de trabalho para dar atendimento 24 horas àquele nosocômio. O senhor Deputado Estadual Dado Cherem disse que gostaria de fazer um esclarecimento em relação ao que foi colocado, de maneira transparente, pelo Secretário, de que o Hospital Seara do Bem recebe uma certa quantia e o Hospital Materno-Infantil Dr. Jeser Amarante Faria, em Joinville, recebe R\$ 5 milhões por mês. Explicou que o Jeser Amarante é materno-infantil, um hospital do Estado, e que através de uma licitação, de uma publicização foi entregue a uma organização social, prestando serviços para o Estado, ou seja, foi descentralizado o imóvel por certo período para que oferte o serviço para toda a região norte. Dirigindo-se ao doutor Ranieri Magnabosco Laghi, ortopedista, disse que provavelmente a pactuação feita na ortopedia aconteceu em cima de uma série histórica, em cima da demanda de serviço até então existente, através da qual vêm os recursos para a região, e que se está havendo uma demanda maior do que a oferta de serviço, é preciso fazer uma repactuação ou um novo estudo a respeito. Concluindo, perguntou se na média complexidade também há muita demanda reprimida na questão da otorrino, da oftalmologia, nos procedimentos hospitalares. Fez uso da palavra o senhor Juliano Polese Branco, Secretário Municipal de Saúde de Lages, que respondeu afirmativamente, dizendo que os próprios Secretários que estavam na plateia já haviam respondido ao assentirem positivamente com a cabeça. Ressaltou que atualmente vivem a problemática do que vem depois, se o serviço ou o dinheiro, tendo em vista que os profissionais querem o dinheiro na frente para prestar o serviço, e a proposta existente é a de que primeiro se produza, que se faça a série histórica, para depois chegar o recurso financeiro. Avaliando ser esta a grande oportunidade de o novo governo sentar e pactuar entre as partes, com todos os envolvidos, disse também que era necessário que todos dessem mais um crédito para que se conseguisse efetivar o serviço. Retomando a palavra, o senhor Deputado Estadual Dado Cherem informou aos Secretários Municipais presentes que no dia anterior, conversando com a Deputada Federal Carmen Zanotto, havia recebido a notícia de que no dia 4 de maio tinha sido assinada a portaria credenciando o Hospital Universitário a fazer o implante coclear, que era uma luta de muitos anos. Em seguida, fez uso da palavra o senhor José Antonio de Melo, Prefeito de Bom Retiro, que afirmou que todos os Municípios da região serrana participavam da alta complexidade, de uma forma ou de outra, tendo em vista existir um pacto entre Lages e os demais Municípios no sentido de que todos os recursos que aportem nos Municípios em alta complexidade sejam direcionados ao Município de Lages. Em relação à reportagem que havia citado anteriormente, a fim de que fique registrado nos anais, disse que a mesma referia-se ao fato de que a estrutura física do Hospital Nossa Senhora dos Prazeres era do Estado, tendo sido cedida para que terceiros executassem o funcionamento do hospital, e que era perguntado por que o Estado não regionalizava os hospitais de Lages transformando-os num só, sob seu comando, da mesma maneira como existe na Grande Florianópolis. Retomando a palavra, o senhor Presidente disse que a matéria do Correio Lageano, de 11 de maio de 2011, à qual se referia o Prefeito de Bom Retiro, dizia que o Estado deveria assumir o Hospital Nossa Senhora dos Prazeres. Ato contínuo,

passou a palavra ao doutor Walter Gomes Filho, superintendente de Planejamento e Gestão da Secretaria de Estado da Saúde, representando o Secretário Dalmo Claro de Oliveira, que com o intuito de complementar as palavras do Secretário Municipal de Saúde de Lages, doutor Juliano Polese Branco, disse que era importante deixar registrado que o Estado não se negava a pagar os R\$ 600 mil que estariam pendentes ao Hospital Nossa Senhora dos Prazeres, mas como haviam sido identificados alguns problemas nas contas, as mesmas estavam sendo auditadas, e que tão logo o estudo fosse finalizado, o pagamento seria feito. Em seguida, fez uso da palavra o senhor Sebastião Blévio Proença, representando a 27ª Gerência Regional de Saúde, que atende também a 28ª Regional, dizendo que era importante deixar registrado que o ponto central é o melhoramento da tabela do SUS, pois somente com melhores recursos é que se vai trazer o profissional. Considerou importante que o Ministério olhe, e rapidamente, para essa questão da tabela, colocando inclusive que se preocupa com o futuro do SUS, apesar de achar que é uma coisa que veio para ficar, mas ressaltou que algumas coisas têm que ser repensadas. Em relação ao colocado pelo doutor Raniero, disse que o valor que está no termo não é fixo, é uma média, devido à série histórica que ele tem, pois o hospital não fazia os procedimentos. Exemplificou dizendo que o Hospital Nossa Senhora dos Prazeres, que já tem uma série histórica, recebe um valor de AIH, que o Tereza Ramos recebe outro valor e que o Hospital Infantil um valor bem abaixo, e que pela sua complexidade avalia que o termo está defasado, mas que por outro lado a remuneração se dá através do procedimento, ou seja, se não fizer procedimento, não entra recurso, sendo necessário então avaliar os dois lados. Reforçou sua posição de que é necessário melhorar imediatamente a tabela do SUS e que o problema também é de profissional, em função da dificuldade de renovar os quadros de profissionais, tendo em vista que conforme acontece com o consórcio no Município, muitos profissionais atendem somente no consórcio por pagar uma tabela diferenciada, contrariando as normas do sistema, mas que esse ponto seria para uma outra análise. Concluiu dizendo à diretora do Hospital Infantil Seara do Bem que, quanto aos procedimentos, a AIH pode começar num valor e terminar em outro valor bem acima, e citou como exemplo as endovasculares, que começam em R\$ 10 mil, R\$ 12 mil e chegam a R\$ 33 mil, R\$ 35 mil, dependendo dos procedimentos que o médico fizer. Fazendo uso da palavra, o senhor Deputado Estadual Dado Cherem afirmou que pelo tempo que lida com o sistema público de saúde pode dizer que, atualmente, a questão do SUS é estrutural. E disse que se houver realmente a oportunidade de conversar com o Ministro da Saúde, que acredita ser um homem público sensível, seria necessário elencar três pontos: que a regulamentação da Emenda 29 é fundamental e sobre a qual muito se fala e não se cumpre, tendo em vista que o acréscimo em saúde vai ser na ordem de R\$ 60 bilhões, mas que também é necessário saber de onde vem esse dinheiro; que era necessário o desenvolvimento de uma política nacional voltada aos conveniados com a rede SUS, caso do Seara do Bem, do Nossa Senhora dos Prazeres, com tabela de remuneração, tendo em vista que as instituições não querem mais trabalhar pelo SUS, porque a receita e a despesa não fecham no final do mês; e que também era necessário avaliar a questão do pagamento dos profissionais médicos, avaliando que era um desestímulo trabalhar para o serviço público, sem falar em SUS, e para que todos os participantes da audiência tivessem uma ideia da situação, disse que o Prefeito de São Domingos relatou que pagava R\$ 20 mil, R\$ 22 mil para um médico e não conseguia esse profissional. Finalizou dizendo que enquanto se estava discutindo alta complexidade e neurocirurgia naquele momento, no Norte do País havia hospitais fechados ou em muitos lugares nem tinham hospitais, ressaltando que a questão do sistema público era muito mais profunda do que as questões pontuais da região. Apesar disso, falou que sobre as questões globais a decisão não estava em suas mãos, mas que com as questões locais poderiam contribuir. O senhor Sebastião Blévio Proença, representando a 27ª Gerência Regional de Saúde, novamente fez uso da palavra para dizer que havia sido muito oportuna a colocação do Deputado Dado Cherem, mas que na sua avaliação existiam problemas a serem resolvidos a médio e a longo prazo e outros resolvidos de imediato, e que o Ministério da Saúde teria que olhar rapidamente para isso. Ato contínuo, o senhor Presidente teceu breves considerações a respeito do financiamento na saúde, citando ser fundamental a regulamentação da Emenda Constitucional 29, tendo em vista que atualmente a maioria dos Municípios já coloca mais do que determina a lei, em torno de 20%, 25%, 28%; que o Estado tem que colocar os 12%, já tendo sido também compromissado com os Secretários da Fazenda e da Saúde do Estado que a folha de pagamento dos inativos seria retirada do cálculo dos 12%, com isso sobrando mais alguns milhões para serem aplicados na saúde; que estudos sobre a cota-parte do Fundo Social estão sendo feitos no sentido de que também sobre a saúde teria que incidir um percentual; e que o percentual do governo federal, que não

está regulamentado, seja no mínimo de 10% da sua receita. A respeito da vinda do Ministro da Saúde a Santa Catarina, citou itens que estão prestes a serem demandados pelo Ministério, como o financiamento da saúde; a tabela do SUS; os programas que estão sendo implementados pelo Ministério, inclusive com novo enfoque para poder repassar recursos extra-teto diretamente para os hospitais ou para os Municípios, como o Programa Rede Cegonha, que poderá ter um incremento de recursos nessa área materno-infantil e em várias outras áreas, como no Estratégia de Saúde da Família, agora com uma nova proposta do Ministério no sentido de que os Municípios que consignarem a sua adesão tenham mais 20% e, dependendo de uma avaliação da qualificação desses serviços, do grau de comprometimento das equipes do programa municipal com o Estratégia de Saúde da Família, poderiam receber mais 60%, mais 100% dos recursos; as novas contratualizações em várias áreas para atender determinadas demandas reprimidas em certas especialidades, como cirurgias; e na área de urgência e emergência também a possibilidade de contratualização para novos repasses de recursos. Esclareceu que o Ministro se dispôs, no mês de junho, a participar de uma audiência pública na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, mas num primeiro momento após alguns comentários no sentido de que um simples reajuste da tabela do SUS representaria um encargo muito grande e não garantiria efetivamente o atendimento na ponta. Concluiu dizendo que exatamente sobre esse ponto o convite foi feito ao Ministro, e que quando estiver confirmado o dia todos também seriam convidados para o debate. Após essas considerações, o senhor Presidente disse que a palavra continuava livre. Fez uso da palavra o senhor Saulo Salustiano Ramos Neto, representando o Consórcio Intermunicipal de Saúde da Amures, que se manifestou acerca do comentário feito pelo senhor Blévio, no sentido de que o Consórcio paga aos profissionais médicos um valor maior do que é determinado pelo SUS. [Taquígrafa-revisora: Siomara G. Videira.] afirmou que isso ocorre não somente pelo valor pago a mais, cerca de cinco reais, mas pela garantia de receber pelo serviço e por motivos de negociação. afirmou que cada vez que o Município não consegue atender um paciente, isto acaba custando muito alto para o Município, sendo mais barato ao Município prestar os devidos serviços. O senhor Walter Gomes Filho, superintendente de Planejamento e Gestão, representando o senhor Dalmo Claro de Oliveira, Secretário Estadual da Saúde, colocou que realmente há problemas na tabela SUS, mas que entende que o valor da consulta pago pelo SUS não é baixo, inclusive comparando ao valor pago pelos planos suplementares. Disse que no valor cobrado num consultório privado estão embutidos os valores gastos com aluguel de consultório, pagamento de secretárias e material de consulta, sendo que no SUS o médico não tem esse tipo de despesa, pois todo o suporte necessário é disponibilizado pelo SUS. Lembrou que mesmo assim, muito ainda deve ser feito para que o SUS preste um melhor serviço à comunidade. O senhor Juliano Polese Branco, Secretário Municipal de Saúde de Lages, disse que o consórcio é um sistema complementar, mas que atualmente é um concorrente do SUS, pois paga duas vezes o valor da consulta SUS e mais 20% de taxa sobre os serviços prestados. Apresentou dados do Hospital Infantil, dizendo que o pronto atendimento do hospital atende mais de quatro mil crianças, ressaltando a importância desses serviços à comunidade serrana. Explicou que houve uma diminuição no número de internações, no total de 50%, afirmando que a atenção básica realizada na região era responsável por essa evolução. Lembrou que a região precisa da ajuda do Estado, pois é uma região que passa por mudanças climáticas radicais e que isso aumenta muito a demanda de atendimentos a crianças com dificuldades respiratórias e doenças pulmonares. O senhor Saulo Salustiano Ramos Neto acrescentou que os 20% cobrados pelo consórcio é uma taxa de administração, pois este não recebe nenhuma ajuda do governo; e que o consórcio não tem condições de contratar especialistas de todas as modalidades médicas, afirmando que quando o governo suprir todas as necessidades médicas da população, o consórcio não precisará mais existir. O senhor Presidente passou a palavra à senhora Sisi Blind, Secretária Municipal de Saúde de São Cristóvão do Sul, que afirmou que todos deveriam unir as forças no sentido de descentralizar a saúde do Estado, pois devem ser trazidas especialidades à região; disse que o consórcio é um mal necessário, pois o SUS não consegue dar conta de toda a demanda que a região tem. Falou que deixou de ser religiosa para virar "bandida", eis que era pastora e assumiu a Secretaria de Saúde, pois quando as pessoas estão sofrendo ela paga profissionais particulares - o que é proibido pelo SUS - para que os pacientes possam ser atendidos. Pediu união e trabalho, dizendo que todos devem trabalhar juntos, resultando numa maior informação e na descentralização dos serviços médicos no Estado. Externou que muitos dependem do SUS para viver e que todos devem lutar para que ele possa ser forte e eficiente nos serviços que presta. O senhor Presidente passou a palavra ao senhor José Antonio de Melo, Prefeito de Bom Retiro, que solicitou que os Deputados

estudassem bem o assunto, pois este é importante e acomete todo o Estado, lembrando que os pequenos hospitais das pequenas cidades de Santa Catarina precisam de ajuda. O senhor Presidente, Deputado Estadual Volnei Morastoni, lembrou que existia um fórum na Alesc, presidido pelo Deputado Estadual Mauro de Nadal, criado especificamente no sentido de ajudar os pequenos hospitais do Estado. Disse que iria percorrer o Estado tratando do assunto, trazendo ajuda e soluções aos problemas desses pequenos hospitais, pois do bom funcionamento desses hospitais menores depende o bom funcionamento dos grandes hospitais de Santa Catarina. O senhor Presidente passou a palavra à senhora Natividade Brizuela, representando o presidente do Hospital Infantil Seara do Bem, senhor Frederico Manoel Marques, que afirmou sentir que há um caminho de diálogo, pois está havendo um novo momento, mas que os problemas estão sendo discutidos no sentido de achar soluções. Expôs que os hospitais da região têm tido problemas com relação a profissionais anestesiastas, e que esses problemas estão sempre ligados à questão financeira, dizendo que o anseio da comunidade é resolver este impasse, citando que outras especialidades, como a neurocirurgia pediátrica, a oncologia e outras especialidades também enfrentavam o mesmo dilema. afirmou que haveria como o Município absorver cirurgias de alta complexidade, mas que a questão financeira impossibilitava essa hipótese. Discorreu que o hospital tinha interesse em enfrentar a situação da alta complexidade, mas que enfrentava dificuldades; todavia, buscava atender à demanda reprimida utilizando os recursos existentes. Segundo ela, o hospital contava com grandes profissionais, que absorveriam a alta complexidade de diversos procedimentos, mas que falta de recursos era sempre o principal entrave. O senhor Presidente passou a palavra ao senhor Juliano Polese Branco, Secretário Municipal de Saúde de Lages, que pronunciou que estaria presente à audiência com o Ministro Padilha para tratar das questões da saúde do Estado; afirmou que a tabela SUS tem problemas, mas que ela paga valores justos à maioria dos procedimentos. Disse que muitas vezes os gestores são acusados de culpados pela superlotação dos hospitais, afirmando que isto ocorre porque a atenção básica não está sendo bem realizada. Colocou que o Hospital Infantil Seara do Bem é importante para a região, pedindo que o Estado invista no hospital para que o mesmo continue cumprindo seu importante papel. O senhor Presidente passou a palavra ao Deputado Estadual Dado Cherech, que agradeceu às autoridades presentes as importantes manifestações que ajudaram a compor aquela audiência pública. O senhor Presidente, Deputado Estadual Volnei Morastoni, disse que o relatório que seria produzido a partir daquela reunião seria compartilhado com todos, principalmente com a Secretaria Estadual de Saúde e com o Governador, afirmando que a saúde era uma tríplice aliança entre União, Estados e Municípios. Lembrou que o Governador Raimundo Colombo prometeu que a saúde seria a prioridade do seu governo, dizendo que a Alesc estava fazendo um trabalho de cooperação com o governo do Estado, para que todos pudessem trabalhar unidos no sentido de melhorar a condição da saúde em Santa Catarina. Agradeceu a presença de todos e encerrou a audiência pública. [Taquígrafo-revisor: Eduardo Delvalhas dos Santos.]

**DEPUTADO ESTADUAL VOLNEI MORASTONI
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE SAÚDE**

*** X X X ***

ATA DA PROCURADORIA

Fábio de Magalhães Furlan - Presidente
Sandra Maria Raimundo Medeiros - Secretária

ATAS DA 1784ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos seis dias do mês de junho do ano de dois mil e onze, às dez horas, sob a presidência do procurador-geral, Dr. Fábio de Magalhães Furlan, reuniu-se o colegiado da Procuradoria Jurídica da Assembleia Legislativa para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta da 1784ª sessão ordinária. Presentes os Doutores: Maria Margarida Bittencourt Ramos, Paulo Rocha Faria Junior, José Buzzi, Cecília Biesdorf Thiesen, Sérgio Augusto Machado e José Carlos da Silveira. Ausente, justificadamente, o Dr. Fausto Brasil Gonçalves. Aprovada a ata da sessão anterior. 1) Relatoria da Dra. Maria Margarida Bittencourt Ramos, pareceres aprovados por unanimidade aos processos: Processo nº 0813/11, de Leonardo Lorenzetti e Processo nº 0816/11, de Madalena Schmidt Pioner. 2) Relatoria do Dr. Paulo Henrique Rocha Faria Junior, aprovado parecer por unanimidade ao Ofício nº 99056.1/PGJ de 19/05/2011, Interessado: Lio Marcos Marin - Procurador Geral de Justiça "Informações sobre o servidor Volmar Gandolf, para instruir Procedimento Preparatório nº 04/2010, da Promotoria de Justiça da Comarca de Palmitos". 3) Relatoria do Dr. José Buzzi, Consulta encaminhada pelo Diretor-Geral em 01/06/2011, Ofício Interno nº 85/2011, Interessado: Deputado Estadual Dirceu Dresch "Informações sobre licença maternidade", retirado de pauta pelo relator. 4) Relatoria da Dra. Cecília Biesdorf Thiesen, Processo nº 0659/11, de Walbia Salete Bittencourt Correa e Processo nº 0768/11, de Aristeu Vieira Stadler, retirados de pauta pela relatora. 5) Relatoria do Dr. Sérgio Augusto Machado, pareceres aprovados por

unanimidade aos processos: Processo nº 0819/11, de Marilidia Costa Amaral e Processo nº 0820/11, de Maria Helena Teixeira Diniz. 6) Relatoria do Dr. José Carlos da Silveira, aprovado parecer por unanimidade a Consulta - Ofício CL nº 183/2011 - 19/05/2011, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Minuta de Edital de Pregão referente à licitação de empresa para a reforma dos elevadores do Edifício João Cascaes". Esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar, o senhor presidente deu por encerrada à sessão, convocando outra ordinária, para o próximo dia oito (08) de junho. Eu, Sandra Maria Raimundo Medeiros, Secretária, lavrei a presente ata, que, depois de lida e aprovada vai assinada pelo procurador-geral e pelos demais membros do colegiado presente. Sala das Sessões, em 06 de Junho de 2011.

*** X X X ***

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA, REFERENTE À 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

Às dezoito horas do dia seis de abril do ano de dois mil e onze, sob a presidência do senhor Deputado José Milton Scheffer, amparado no Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da segunda reunião ordinária da Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia, que contou com a presença dos senhores Deputados Dóia Guglielmi, Jorge Teixeira e Dirceu Dresch. O senhor Presidente cumprimentou os presentes e colocou em votação a ata da reunião anterior, a qual foi aprovada por unanimidade. Em seguida, o senhor Presidente fez a leitura do requerimento do senhor Deputado Dirceu Dresch que solicita a realização de uma audiência pública para "Discutir os impactos da queda de energia elétrica em diversas regiões catarinenses". Colocado em discussão, o senhor deputado Dirceu Dresch pediu a palavra e relatou a situação do Município de São Lourenço do Oeste, na área rural de Farroupilha, que está sem energia elétrica desde domingo. O senhor Presidente José Milton Scheffer disse ser favorável à audiência pública e os demais deputados também se manifestaram a favor da proposição. Colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Dando continuidade, o senhor Presidente leu o outro requerimento do senhor Deputado Dirceu Dresch que solicita a realização do "Fórum de Energias Renováveis e Consumo Responsável - SUSTENTAR", no município de Chapecó, no mês de agosto. Os deputados presentes se manifestaram a favor da proposição do deputado Dirceu Dresch. Ato contínuo, o senhor Presidente leu requerimento de sua autoria, solicitando uma audiência pública para "Debater políticas públicas para a comercialização do arroz", a ser realizada no município de Turvo ou Meleiro. Após discussão, o requerimento foi aprovado por unanimidade. Na sequência, o senhor presidente passou a palavra ao senhor deputado Jorge Teixeira, que relatou o OF.0522.7/2010, que encaminha o Relatório de Atividades da Associação das Micro e Pequenas Empresas de Blumenau, referente ao exercício de 2009, dando parecer favorável ao mesmo. Em votação, o parecer, foi aprovado por unanimidade. O deputado Dirceu Dresch pediu a palavra e informou que trará para o debate na próxima reunião a discussão sobre a modificação do Simples Nacional. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a presente reunião, da qual eu, Ronédy De Bonna Piva, Chefe de Secretaria, lavrei a presente ata, que, após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembleia Legislativa.

Deputado José Milton Scheffer
Presidente

*** X X X ***

ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, REFERENTE À 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA.

Às nove horas do dia primeiro de junho de dois mil e onze, sob a Presidência do Deputado Gilmar Knaesel, reuniram-se os Deputados Membros da Comissão de Finanças e Tributação: Darci de Mattos, Neodi Saretta, Elizeu Mattos, substituindo o Deputado Aldo Schneider, Sargento Amauri Soares e Luciane Carminatti. Aberto os trabalhos, o Deputado Presidente colocou em discussão a Ata da 12ª reunião ordinária, que em votação, foi aprovada por unanimidade. Ato contínuo, o Senhor Presidente passou a palavra aos Senhores Deputados para relatarem as matérias em pauta: O Deputado Darci de Matos relatou o PL./0159.6/2011, que autoriza a aquisição de imóvel no município de Biguaçu com o objetivo da construção e instalação da Casa do Agricultor, seu parecer foi favorável, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Deputado Amauri Soares relatou o PL./0153.6/2011, que autoriza a aquisição de imóvel no município de Palmeira, tem como finalidade a regulamentação da ocupação pela Polícia Militar, seu parecer foi favorável, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Deputado Darci de Matos relatou o PL./0145.6/2011 em nome do Deputado Sílvio Dreveck, que é o relator do projeto. O projeto tem como objetivo a autorização da doação de imóvel no município de

Campos Novos, para a instalação da Biblioteca Pública Municipal. O parecer do Deputado Sílvio Dreveck foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Deputado Elizeu de Mattos relatou o PL./0152.5/2011 em nome do Deputado Manoel Mota, relator do projeto, que tem como finalidade a autorização à cessão de uso de imóvel no município de Ituporanga para a instalação do SAMU. O parecer do Deputado Manoel Mota foi favorável, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Deputado Gilmar Knaesel leu alguns pontos importantes do relatório do Parecer Preliminar, referente o PL./014.1/2011, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2012 e adota outras providências. O referido parecer será posto em discussão e votação na próxima reunião ordinária. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, onde para constar eu, Vilson Elias Vieira, Chefe de Secretaria, lavrei a presente Ata que, após ser lida e aprovada por todos os Membros da Comissão será assinada pelo Presidente e posteriormente publicada no Diário desta Assembleia. Sala das Comissões, primeiro de junho de dois mil e onze.

Deputado GILMAR KNAESEL

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

*** X X X ***

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO DA 1ª SESSÃO DA 17ª LEGISLATURA

Às dezoito horas do dia cinco de abril do ano de dois mil e onze, reuniram-se na sala de reuniões das Comissões, sob Presidência do Senhor Deputado Valmir Comin, os Senhores Deputados: Padre Pedro Baldissera, Mauro Nadal, Jean Kuhlmann e a Deputada Angela Albino, Os Deputados Marcos Vieira e Manoel Mota justificaram sua ausência. Aberto os trabalhos o senhor Presidente Deputado Valmir Comin passou a palavra para o Deputado Jean Kuhlmann que leu a ata de Reunião anterior e o Presidente da Comissão colocou em discussão e votação, sendo Ata aprovada por unanimidade. Em seguida o Senhor Presidente comunicou que a Ata da Audiência estava pronta, o senhor Deputado Jean Kuhlmann sugeriu que a Ata em questão fosse enviada a todos os membros da Comissão para ser apreciada e aprovada na próxima Reunião ordinária, sendo aceita por todos. Na continuidade o Deputado Valmir Comin reiterou os encaminhamentos feitos na Audiência Pública do dia vinte e oito de março e comunicou que no dia seis de abril será confirmado o local da reunião do dia doze desse mês em Brasília, para ouvir o DNIT e o Ministro dos Transportes onde será apresentado novo cronograma para o término da BR 101- trecho Sul o Presidente convidou mais uma vez aos Deputados Membros da Comissão para irem a Brasília e participarem dessa Reunião. A Deputada Angela Albino pediu a palavra e falou que na Audiência ela solicitou que fossem ao IBAMA para debater a questão do Rodoanel da Grande Florianópolis e não uma Audiência como está no encaminhamento. Quanto ao encaminhamento do Senhor Deputado Jean Kuhlmann pedindo que fosse feito um documento comunicando ao Senhor Ministro dos Transportes e ao Diretor Geral do DNIT, lamentando a ausência na Audiência do Senhor João José dos Santos, superintendente do DNIT - SC, todos foram favoráveis e será feito pela Comissão. Em seguida o senhor Presidente falou da Moção pedindo o cancelamento da cobrança do pedágio no sentido norte - sul da BR 101 no município de Palhoça havia sido aprovada na sessão plenária nessa tarde. Em seguida o Deputado Valmir Comin leu Requerimento de autoria do Senhor Deputado Sílvio Dreveck solicitando uma Audiência Pública para falar da restauração da Ponte Hercílio Luz, e que fossem convidados o Senhor Secretário de Estado da Infra Estrutura, representantes da Empresa Consórcio Monumento, FIESC, FACISC e IPUF, sendo aprovado por unanimidade e logo após leu também o Requerimento de sua autoria solicitando Audiência Pública para discutir a situação das Rodovias Estaduais com a presença do Senhor Deputado Valdir Cocalchini, Secretário de Estado de Infraestrutura e o Dr. Paulo Meller, Diretor do DEINFRA, sendo aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião da qual eu Álvaro Selva Gentil, Chefe de Comissão lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor Presidente e posteriormente será publicada no Diário desta Assembleia.

Deputado Valmir Comin
Presidente da Comissão

*** X X X ***

EXTRATO

EXTRATO Nº 112/2011

REFERENTE: 06º Termo Aditivo de 31/05/2011, referente ao Contrato CL nº 006/2006-00, celebrado em 29/05/2006.
CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CONTRATADA: Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A- Embratel
OBJETO: O presente termo aditivo tem por finalidade prorrogar, em caráter excepcional, a vigência do Contrato 030/2006-00 pelo período compreendido entre 01/06/2011 e 31/08/2011.

A Contratada tem ciência de que a Contratante poderá rescindir a contratação em prazo menor que o previsto no item anterior em virtude da superveniência de nova contratação congênere decorrente do processo licitatório em andamento, hipótese que não serão reclamadas verbas indenizatórias ou ressarcimentos de qualquer espécie, exceto aquelas relativas ao período da efetiva disponibilidade dos equipamentos eventualmente locados e da real prestação dos serviços de remoção.

VIGÊNCIA: 01/06/2011 a 31/08/2011

FUNDAMENTO LEGAL: art. 57, II, § 4º, da Lei nº 8.666/93; item 4.1, da Cláusula Quarta do Contrato original; e, autorização administrativa.

Florianópolis, 31 de maio de 2011.

Deputado Gelson Merisio - Presidente da ALESC

Maurício da Cruz Pinto Correa- Contratado

*** X X X ***

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 241/11

Associação Beneficente Hospitalar Guarujá
Rua Presidente Kennedy- 270 (049) 3642.0111
89940-000 - Guarujá do Sul - Santa Catarina

CNPJ: 83.835.736/0001-07 - Insc. Est. 250287579

Ofício nº 07/11 Em, 30 de Maio de 2011.

Exmo. Sr.

Gelson Merisio

DD. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Palácio Barriga Verde

Florianópolis - SC

Em cumprimento à Lei nº 15.125, de 19 de janeiro de 2010, estamos encaminhando em anexo, documentação para fins de manutenção do Reconhecimento de Utilidade Pública Estadual da Associação Beneficente Hospitalar Guarujá.

Complementamos que a Entidade supra alterou sua denominação social, e por tal motivo, solicitamos também a alteração da Lei que a reconheceu de Utilidade Pública Estadual.

Atenciosamente,

DARCI MARIA LINK ZIMMER

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 07/06/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 242/11

INSTITUTO BETO CARRERO

Ofício nº 08/2011 Penha, 16 de Maio de 2011

Ilmo Sr. Gelson Merisio

DD. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Cumprimentando-o cordialmente, vimos respeitosamente por meio deste, em atenção ao artigo 3º da Lei Estadual nº 15.125 de 19/01/2010, apresentar-lhe os documentos necessários para a manutenção do título de **Declaração de Utilidade Pública Estadual** do Instituto Beto Carrero, bem como, a garantia dos direitos assegurados pela mesma.

Segue anexo os respectivos documentos:

- Relatório anual de atividades do exercício anterior (2010).
- Atestado de funcionamento atualizado.
- Certidão atualizada do registro da entidade no cartório de registro de pessoa Jurídica..
- Balancete contábil.

No aguardo da manifestação técnica por parte da Assembleia Legislativa e com a certeza de estarmos cumprindo com nosso dever cível, colocamo-nos a disposição para eventuais esclarecimentos que se fizerem necessários.

Sendo o que se apresenta para o momento, apresentamos votos de profunda consideração e estima.

Atenciosamente

Edilson Doubrava

Presidente do Instituto Beto Carrero

Lido no Expediente

Sessão de 07/06/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 243/11

FEDERAÇÃO CATARINENSE DE TÊNIS

Florianópolis, 13 de maio de 2011.

RELAÇÃO DE DOC. ENTREGUES À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SC

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2010 DE FEDERAÇÃO CATARINENSE DE TÊNIS REFERENTE A - DECLARAÇÃO DE ENTIDADE PÚBLICA ESTADUAL

1. Ofício nº 27/2011 Exmo. Sr. Deputado Moacir Sopelsa apresentando o relatório de atividades 2010;

2. Cópia da Lei 12.581;

3. Cópia da Declaração de Utilidade Pública Estadual;

4. Cópia da Certidão ref. homologação das atividades 2009 aprovadas;

5. Declaração Exmo. Sr. Deputado Moacir Sopelsa apresentando resumidamente o trabalho desenvolvido pela Entidade, anexado um ofício da coordenadora CEC Chico Mendes e relatório do Projeto Tênis Comunitário;

6. Parecer do Conselho Fiscal, Balanço, Auditoria e Ata referente ao exercício financeiro 2010;

7. Relatório de atividades desenvolvidas em 2010;

8. Cópia do Estatuto Vigente;

9. Cópia de todas as Atas e passagens de posse do Cargo de Presidente de uma gestão para outra;

10. Cópia da declaração de funcionamento regular atestado pela Câmara Municipal de Florianópolis;

11. Cópia da Certidão de registro confirmando o registro da alteração estatutária conforme cópia anexa;

Lido no Expediente

Sessão de 07/06/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 244/11

ESTAÇÃO DA PRECE

Av. Patrício Caldeira de Andrade nº 960 - Capoeiras

Florianópolis - SC

CNPJ 09.427.813/0001-37

Florianópolis, 25 de maio de 2011.

ILMO SR. DEPUTADO ESTADUAL

GELSON LUIZ MERISIO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA

A ESTAÇÃO DA PRECE, organização religiosa que tem por objetivo o estudo, a prática e a difusão da Doutrina Espírita Cristã, desenvolvendo atividades nas áreas assistencial, cultural, beneficente e filantrópica, declarada de utilidade pública estadual pela Lei nº 15.099, de 04 de janeiro de 2010, neste momento em que faz positiva avaliação de suas atividades no decorrer do ano de 2010, vem, para o devido controle, encaminhar os seguintes documentos:

- Relatório anual de atividades.
- Declaração de funcionamento.
- Balancete contábil.

Atenciosamente,

Erivelto Borba Peixoto

Coordenador

Lido no Expediente

Sessão de 07/06/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 245/11

APAM - Associação de Pais e Amigos da Criança e do Adolescente

Rua Padre José Novack, 1296 - Vila Gorgiã Paula

Garuva/SC - CEP: 89248-000

CNPJ 79.370.375/0001-01

Garuva, 31 de maio de 2011.

A

Assembleia Legislativa

A/C Tulia Ribeiro

Coordenadora de Documentação

Rua Dr. Jorge Luz Fontes, 310

FLORIANÓPOLIS - SC

Prezada Senhora:

Através deste, segue em anexo Documentação da Entidade (Certidão de Personalidade Jurídica, Atividades realizadas no ano de 2010, Atestado de Funcionamento, Balancete de Prestação de contas dos meses de março a novembro/2010) para renovação da Certidão de Utilidade Pública.

Salientamos que qualquer dúvida, estamos a seu inteiro dispor.

Atenciosamente,

Ernani Gomes Guimarães

PRESIDENTE

Lido no Expediente

Sessão de 07/06/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 246/11
ASSOCIAÇÃO DOS DOADORES DE SANGUE DA REGIÃO DE
CANOINHAS - ADOSAREC

Ofício nº 051/2011 Canoinhas, 27 de maio de 2011
Excelentíssimo Senhor,
Deputado Gelson Merisio

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Atendendo às exigências previstas na Lei Estadual 15.125/2010, seguem documentos para fim de manter o reconhecimento de Utilidade Pública da Associação dos Doadores de Sangue da Região de Canoinhas - ADOSAREC, com endereço para correspondência na Rua: Coronel Albuquerque nº 750 - Centro, Canoinhas - SC, entidade esta já declarada de Utilidade Pública Estadual de nº 9.073 de 17 de maio de 1993.

Pede Deferimento

Orestes Golanovski
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 07/06/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 247/11
ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE DE
ITAPOÁ/SC

Ofício Nº 41/2011/APAE Itapoá, 31 de maio de 2011.

Exmo. Sr.

Gelson Merisio

Deputado do Estado de Santa Catarina

Presidente da Assembleia Legislativa

Palácio Barriga Verde

Saudações Apaeanas

Após cumprimentá-lo respeitosamente, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Itapoá, vem através deste encaminhar os documentos necessários para certificação de Título de Utilidade Pública Estadual. Segue anexos:

- Relatório de atividades anual e balancete contábil;
- Declaração de Funcionamento;
- Certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de

Registro de Pessoas Jurídicas:

Aproveitando a oportunidade reiteramos votos de estima e apreço.

Atenciosamente,

Marlene Amâncio
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 07/06/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 248/11
ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS

Ofício nº 024/APAE/2011 Nova Trento, 16 de maio de 2011

Sr.

Deputado Gelson Merisio

Presidente da Assembleia Legislativa

Florianópolis-SC

Prezado Senhor,

Com nossos respeitosos e cordiais cumprimentos, dirigimo-nos a Vossa Senhoria para encaminhar documentos, para que possamos continuar usufruindo do Título de Utilidade Pública Estadual.

Respeitosamente

Moacir Eliseu Batisti Archer
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 07/06/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 249/11

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
Escola Especial Padre Martinho Burger

OF. Nº 20/2011 Anchieta, 25 de maio de 2011.

Prezada Srª

Duda

Chefe de Secretaria da Comissão de Direitos da ALESC

Florianópolis - SC

Pelo presente, dirigimo-nos a vossa senhoria em nome da Escola Especial Padre Martinho Burger conjuntamente com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, enviando-lhes os documentos para a prestação de contas da Utilidade Pública Estadual.

- Relatório de atividades do ano 2010
- Declaração de funcionamento
- Certidão do registro da entidade em cartório
- Balancete contábil 2010.

Certos da sua costumeira compreensão, aproveitamos para reiterar protestos de estima e apreço

Atenciosamente,

Brenda Daiana Lago
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 07/06/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 250/11
ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE
LAGES/SC

Lages, 03 de julho de 2011

Of. Nº 013/2011

AO Senhor

GELSON MERISIO

Presidente da Assembleia Legislativa

Palácio Barriga Verde

FLORIANÓPOLIS - SC

Cumprimentando-o cordialmente temos a grata satisfação de nos dirigir a Vossa Senhoria, que estamos encaminhando em anexo a documentação, para reconhecimento de Utilidade Pública Estadual de nossa entidade, do exercício de 2010.

Sem mais para o momento, agradecemos antecipadamente.

Atenciosamente,

Leocides Manfredi
Presidente APAE/Lages

Lido no Expediente
Sessão de 07/06/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 251/11
FUNDAÇÃO PRÓ RIM

Joinville, 31 de maio de 2011.

À

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

RUA JORGE LUIZ FONTES, 310

FLORIANÓPOLIS - SC

88020-900

Prezados senhores.

REF.: Emissão de Certificado

Solicitamos através da presente a emissão de Certificado que conste que a Fundação Pró Rim possui reconhecimento como entidade de utilidade pública estadual. Em anexo estamos enviando a seguinte documentação:

A - declaração firmada em cartório de que a Fundação não remunera os membros da diretoria e relação de data do registro de seu estatuto e de todas as alterações estatutárias.

B - Fotocópia de Certidão do Oficial do registro civil, certificando a data do registro do estatuto e todas as alterações.

C - Fotocópia da 10ª alteração estatutária de 30.08.2007, que adequou o estatuto ao novo código civil.

D - Ata da eleição da diretoria para o período 2008 à 2011.

E - Certidão da Câmara de Vereadores de Joinville, declarando que a Fundação é reconhecida como entidade de utilidade pública municipal.

F - Atestados de funcionamento expedido pela Promotoria Pública, Câmara de Vereadores de Joinville e Mitra diocesana de Joinville.

G - Relatório anual de 2010.

H - Demonstração financeira do exercício de 2010, devidamente auditada.

Sendo o que se apresentava na oportunidade subscrevemo-nos

Atenciosamente

Hercilio Alexandre da Luz Filho
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 07/06/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 252/11
FUNDAÇÃO ESAG

CTA/FESAG 002/2011

Florianópolis, 25 de maio de 2011.

AO

Deputado GELSON MERISIO

Digníssimo Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Nesta Capital

Ref: Relatório Anual de Atividades de 2010

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, vimos pela presente encaminhar o **Relatório Anual de Atividades** referente ao exercício de 2010 da Fundação de Estudos Superiores de Administração e Gerência - **Fundação Esag**, entidade declarada de utilidade pública através de Lei Estadual nº 8.284 de 17 de junho de 1991.

Isto posto, colhemos a oportunidade para reiterar nossos votos de estima e apreço.

Atenciosamente,

Prof. Carlos Passoni Junior
Presidente do Conselho de Administração

Lido no Expediente
Sessão de 07/06/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 253/11
GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
GABINETE DO SECRETÁRIO

OFÍCIO SEF/GABS Nº 443/2011

Florianópolis, 26 de maio de 2011

Ao Excelentíssimo Senhor

Gelson Merísio

DD. Presidente

Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC/SC

Nesta

Excelentíssimo Senhor Deputado,

Para fins de observância das competências desta comissão parlamentar, dispostas no art. 122, § 1º, inciso II, da Constituição Estadual, encaminhamos a Vossa Excelência o Relatório Resumido da Execução Orçamentária do **segundo** bimestre de 2011 e o Relatório de Gestão Fiscal do **primeiro** quadrimestre de 2011, do Estado de Santa Catarina.

Aproveitamos o ensejo para manifestar a nossa disposição, conforme a necessidade deste colendo, para apresentar em audiência pública a avaliação e análise do cumprimento das metas fiscais, nos termos do art. 9º, § 4º da Lei Complementar 101/00

Atenciosamente,

Ubíratim Simões Rezende
Secretário de Estado da Fazenda

Lido no Expediente
Sessão de 07/06/11

*** X X X ***

PARECER PRELIMINAR

PARECER PRELIMINAR

REFERÊNCIA - Projeto de Lei nº PL/014.1/2011
ASSUNTO - "Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2012 e adota outras providências".

ORIGEM - Governamental
PRAZO DE TRAMITAÇÃO: até o encerramento do 1º período da sessão legislativa

RELATOR - Deputado Gilmar Knaesel

Excelentíssima Senhora Deputada e

Excelentíssimos Senhores Deputados

Membros da Comissão de Finanças e Tributação

Usando da prerrogativa que me autoriza o inciso VI, do artigo 128 do Regimento Interno desta Casa, AVOQUEI o Projeto de Lei em referência e, cumprindo a determinação do parágrafo 2º do artigo 287 do citado Regimento, passo a apresentar o PARECER PRELIMINAR:

O PLDO é encaminhado a esta Casa Legislativa pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, acompanhado da Mensagem nº 69 e da Exposição de Motivos, de nº 113/2011 do Secretário de Estado do Planejamento.

Lidos no Expediente do dia 5 de maio, tem-se por cumprido o prazo de remessa estabelecido no artigo 35 do Ato das Disposições Transitórias, haja vista a assinatura datada de 14/04/2011 do Excelentíssimo Senhor Deputado Jailson Lima da Silva, 1º Secretário da Mesa.

Antes de ser remetido a esta Comissão, nova Mensagem de nº 77, do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, encaminha EMENDA ADITIVA ao Projeto referenciado, acompanhada da Exposição de Motivos do Secretário de Estado da Coordenação e Articulação que alega estar cumprindo "acordo assumido pela administração anterior com os demais Poderes e entes, especificamente quanto ao aumento dos percentuais de despesa em relação à Receita Líquida Disponível - RLD, apenas postergando-os para o exercício de 2013". (Grifei)

No dia 18 de maio em nova Mensagem de nº 109, sua Excelência o Senhor Governador do Estado encaminha Substitutivo Global ao Projeto de Lei nº 140.1/2011, desta feita, secundada pela Exposição de Motivos nº 096/2011, de origem do Senhor Secretário de Estado da Fazenda.

Cabe, portanto, a este Relator proceder esta análise preliminar ao Substitutivo Global de fls., ignorando-se o PLDO original e a EMENDA ADITIVA, já incluída no citado Substitutivo:

Analisando, segundo o artigo 120, parágrafo 3º da Constituição Estadual, este Projeto de Lei deve:

"Art. 120, § 3º: A lei de diretrizes orçamentárias:

I - arrolará as metas e as prioridades da administração pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente;

II - orientará a elaboração da lei orçamentária anual;

III - disporá sobre alterações na legislação tributária;

IV - estabelecerá a política de aplicação das instituições financeiras oficiais de fomento.

I - METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:

É o próprio Secretário de Estado do Planejamento, o Excelentíssimo Senhor Filipe Mello, que reconhece a impossibilidade do cumprimento de tal norma como expõe:

"Em decorrência da não conclusão do Plano Plurianual PPA 2012- 2015, que, por força constitucional deverá ser encaminhado à Assembléia Legislativa até quatro meses antes do encerramento do primeiro exercício financeiro do atual mandato governamental, o Anexo de Prioridades da Administração Pública Estadual para 2012, apresenta um conjunto de subações, constantes do Plano Plurianual em vigência PPA 2008-2011, que contemplam contratos de obras e serviços que terão continuidade no exercício de 2012," (...) (Grifei).

Este fato reafirma a importância da medida tomada por esta Comissão em protelar para o 2º Semestre a realização das Audiências Públicas Regionais, porque nem mesmo o Poder Executivo tem o seu Planejamento de longo prazo concluído, ampliando também, por outro lado, a possibilidade de participação da sociedade na priorização de suas demandas, a serem incluídas no PPA, LOA, e na alteração desta LDO, cujo ANEXO DE METAS E PRIORIDADES se alicerça no PPA anterior, revelando o compromisso com a continuidade das obras e serviços, mas não sinalizando as políticas públicas a serem implementadas pela nova gestão.

Observo que a LDO/2012 que tramita no Congresso Nacional também não apresenta o Anexo de Metas e Prioridades conforme determina a Carta Magna, entretanto, o Relator na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização assim se manifesta:

"O PLDO 2012 não prevê o anexo de metas e prioridades, em virtude da reorganização programática que o Poder Executivo está promovendo, especialmente por meio da completa reformulação do plano plurianual."

E observa:

"Assim sendo, estamos apresentando nosso Relatório Preliminar com a Parte Geral, que trata da avaliação dos cenários e dos parâmetros, e com a Parte Especial, que disciplina apenas as emendas ao texto "

(Relatório Preliminar PL nº 2, de 2012 - CN

Deputado Marcio Reinaldo de Moreira)

Prosseguimos analisando o cumprimento das demais exigências constitucionais:

II - AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO ANUAL:

A Organização e estrutura da LOA estão especificados nos artigos 5º ao 10º do Projeto de Lei, segundo orientações da Lei Federal nº 4.320/64, Portaria Interministerial 163/2001 e Portaria 42/99.

E prossegue enumerando-as no Capítulo IV, artigos 11 ao 28. Merece destaque neste capítulo o previsto no inciso IV do parágrafo único do art. 12

Art. 12 (...)

Parágrafo único - O Poder Executivo, por meio do órgão central do Sistema de Planejamento e Orçamento, divulgará "via internet":

I - (...)

IV - relatório bimestral da execução orçamentária das prioridades enumeradas nas Audiências Públicas Regionais realizadas pela Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Para o Parlamento Catarinense que, de maneira pioneira implantou o Orçamento Regionalizado em 1997, o disposto no inciso IV do art. 12, assegura a credibilidade do processo, restando a definição dos percentuais a serem deliberados.

Igualmente merece atenção o prescrito no capítulo IV, do Projeto de LDO, quanto à classificação de despesa definida no parágrafo único do artigo 16:

Art. 16. (...)

Parágrafo único - Entende-se como despesas básicas aquelas classificadas como pessoal e encargos sociais, energia elétrica, água, telefone, impostos, aluguéis, infraestrutura e serviços relacionados à tecnologia da informação PASEP, dívida pública estadual, precatórios judiciais, contratos diversos e outras despesas que pela sua natureza poderão se enquadrar nessa categoria.

O "caput" dá poderes ao Órgão Central do Sistema de Planejamento e Orçamento para fixá-las e a alínea "a", do inciso IV, do

§1º do artigo 26 impede que delas se utilize para cobrir as emendas apresentadas à Proposta Orçamentária, **restringindo** ainda mais a prerrogativa dos Senhores Deputados

III - DISPORÁ SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

No capítulo V, os artigos 29 e 30 de forma genérica prevêem a possibilidade de alterações na legislação tributária, através de Projeto de Lei a ser encaminhado à Assembléia Legislativa, tratando de exigir o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como determinar as conseqüências da aprovação ou rejeição das propostas, quanto às estimativas de receita na LOA.

O artigo 31, mais pertinente nas disposições finais, trata de garantir recursos orçamentários para o Programa de Educação Fiscal e para a modernização tributária estadual. Seu objetivo, segundo se depreende do dispositivo citado, é o aumento de arrecadação, do controle fiscal e de implementação da UNIDADE DE PROCESSOS CADASTRAIS E DE INFORMAÇÕES FISCAIS, todos já atribuições da Pasta da Fazenda.

IV - POLÍTICA DE APLICAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO

Programas Estruturantes e Projetos vinculados aos objetivos do Governo do Estado terão prioridade nas ações de fomento sob a responsabilidade do BADESC.

Serão estimulados as cadeias produtivas - CP, os arranjos produtivos locais - APL, os mecanismos de desenvolvimento limpo - MDL, as micro empresas e de pequeno porte, as cooperativas de produtores rurais, os consórcios de exportação, os projetos públicos de infra-estrutura regional e municipal de saneamento básico.

ANÁLISE QUANTO ÀS DETERMINAÇÕES LEGAIS (LC 101/2000)

Além de verificar o cumprimento das disposições constitucionais, devo ainda neste relatório preliminar, avaliar o atendimento às disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O quadro abaixo demonstra as exigências da Lei, e ao lado, o cumprimento delas e o dispositivo do PLDO onde estão enquadradas:

Art. 4º, I, a e c LRF	CUMPRIU	ONDE	NÃO CUMPRIU
Disporá sobre o equilíbrio entre receitas e despesas		Art. 17 parágrafo único	
Disporá sobre critérios e formas de limitação de empenho		Art. 18 e seu parágrafo único	
Disporá sobre normas relativas controle de custos			
Disporá sobre normas relativas à avaliação dos resultados dos programas financeiros com recursos dos orçamentos			
Disporá sobre condições e exigências, além daquelas já previstas para LRF para transferências de recursos a entidades públicas e privadas			
Art. 5º, III, da LRF	CUMPRIU	ONDE	NÃO CUMPRIU
Definirá o montante da reserva de contingência com base na Receita Corrente Líquida			
Art. 5º, § 3º da LRF	CUMPRIU	ONDE	NÃO CUMPRIU
Deverá prever a variação índice de preços, sendo que a atualização monetária do principal da dívida mobiliária refinanciada, a ser incluída no projeto de LOA, não poderá superar a variação deste índice previsto em legislação específica		Art. 19	
Art. 8º, da LRF	CUMPRIU	ONDE	NÃO CUMPRIU
Disposições para o Poder Executivo limitar os valores financeiros dos Poderes e Órgãos quando estes não procederem por ato próprio e nos montantes necessários a limitação de empenho e movimentação financeira		Art. 17	
Art. 9º, § 3º da LRF	CUMPRIU	ONDE	NÃO CUMPRIU

Disporá sobre critérios para o Poder Executivo limitar os valores financeiros dos Poderes e órgãos quando estes não procederem por ato próprio e nos montantes necessários a limitação de empenho e movimentação financeira			
Art. 14º da LRF	CUMPRIU	ONDE	NÃO CUMPRIU
Disposição para a concessão, ampliação de incentivos ou benefícios de natureza tributária da qual decorra renúncia da receita		Art. 29, art. 30, seus §§ e incisos	
Art. 16º, § 3º da LRF	CUMPRIU	ONDE	NÃO CUMPRIU
As despesas consideradas de caráter irrelevante		Art. 46	
Art. 20º, § 5º da LRF	CUMPRIU	ONDE	NÃO CUMPRIU
Os limites para entrega de recursos financeiros correspondentes à despesa total com pessoal por Poder e Órgão, obedecendo aos percentuais máximos estabelecidos na LRF		Art. 35	
Art. 22º, V da LRF	CUMPRIU	ONDE	NÃO CUMPRIU
As situações em que será permitida a contratação de hora-extra, quando o ente estiver acima dos limites de gastos com pessoal		Art. 36	
Art. 26 da LRF	CUMPRIU	ONDE	NÃO CUMPRIU
Disporá sobre condições em relação à destinação de recursos para, direta ou indiretamente cobrir necessidades de pessoas físicas ou déficits de pessoas jurídicas		Art. 42 e incisos	
Art. 45, parágrafo único da LRF	CUMPRIU	ONDE	NÃO CUMPRIU
A inclusão de novos projetos na LOA, a continuidade de projetos em andamento e a conservação e manutenção do patrimônio público. O Poder Executivo encaminhará, no mesmo prazo da LDO, relatório com as informações necessárias ao cumprimento deste artigo		Art. 4º	
Art. 59, I da LRF	CUMPRIU	ONDE	NÃO CUMPRIU
As metas de resultados a serem alcançadas na execução orçamentária		Anexo de Metas Fiscais	
Art 4º, § 2º da LRF	CUMPRIU	ONDE	NÃO CUMPRIU
Integrará o Projeto de LDO: Anexo de Metas Fiscais		Anexo de Metas Fiscais	
Art 4º, § 3º da LRF	CUMPRIU	ONDE	NÃO CUMPRIU
Anexo de Riscos Fiscais		Anexo de Riscos Fiscais	

III - OUTRAS OBSERVAÇÕES AO CONTEÚDO DO PLDO

III.1 - De acordo com o art. 3º do PLDO, as prioridades da Administração Pública Estadual para o ano de 2012 são as discriminadas no Anexo de Prioridades.

Na Exposição de Motivos de fls. 03 dos Autos do Projeto o próprio Secretário de Estado do Planejamento reconhece que o Anexo de Prioridades apresenta um conjunto de subações constantes do PPA-2008-2011, cujos contratos de obras ou serviços terão continuidade em 2012.

Ao pretender autorização para promover ajustes na classificação das subações e na estrutura do Anexo com o objetivo de compatibilizá-lo ao "Projeto" de Lei do Plano Plurianual, abre-se mão do importante papel da LDO que é justamente promover prévia negociação entre os Poderes quanto à definição das prioridades para o ano seguinte; ainda mais se considerarmos que as emendas ao projeto de lei do orçamento anual devem ser, por determinação constitucional, compatíveis com a LDO.

III.2 - O §4º do art. 23 é incabível neste Projeto de LDO, haja vista as determinações contidos nos incisos I e II, do §3º, do artigo 120 da Constituição do Estado:

§3º A Lei de Diretrizes Orçamentárias:

I arrolará as metas e prioridades (. . .) para o exercício financeiro subsequente.

II orientará elaboração da Lei Orçamentária Anual.

III.3 - No artigo 26, deve-se substituir a referência ao Plano Plurianual por "Projeto" de Plano Plurianual, tendo em vista que ambos, a Proposta Orçamentária para 2012 e o Projeto referente ao Plano Plurianual 2012-2015, tramitam paralelamente.

III.4 - O artigo 37 prevê a publicação de demonstrativo referente ao Quadro de Pessoal efetivo e comissionado do Poder Executivo, e comparativo da despesa com o ano anterior.

Tal medida garante a transparência e deve ser estendida aos demais Poderes e Órgãos.

III.5 - O artigo 43 pretende dar autorização ao Chefe do Poder Executivo para abertura de Crédito Especial, por Decreto, quando as subações já estiverem programadas no Plano Plurianual 2012-2015.

A abertura de Crédito Especial deve ser precedida de Projeto de Lei específico a ser encaminhado ao Poder Legislativo, tendo em vista que a sua necessidade se deve a não inclusão na LOA. Os recursos para assegurar o crédito poderão ser oriundos de anulação total ou parcial, de dotação aprovada para outra obra ou serviço. Isto exige a deliberação deste Poder Legislativo.

III.6 - Deve ser definido o que se considera "fase Assembléia Legislativa" referida no artigo 48 do PLDO.

Pelo dispositivo, o SIGEF-SC (Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal do Estado de Santa Catarina) estará disponível para que a Assembléia Legislativa participe do processo de "elaboração" da presente Lei e do Orçamento para o ano de 2012.

III.7 - O artigo 49 relaciona os municípios com IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) inferior a 90% do IDH médio do Estado, tomando por referência o ano 2000, e o §2º do artigo 3º aponta subações discriminadas no Anexo de Prioridades, como responsáveis pelo entendimento de políticas públicas compensatórias.

Cabe esclarecimento sobre quais as subações está referindo-se o dispositivo.

III.8 - O Anexo de Prioridades, incompleto como já referido neste Relatório, elenca subações referentes aos Poderes Executivo, Judiciário, Legislativo e Ministério Público sendo totalmente omisso com relação ao Tribunal de Contas.

III.9 - Merece atenção o Anexo de Riscos Fiscais no valor de R\$ 6.530.072.955,45.

Por fim, juntado o Cronograma de Tramitação e face ao exposto, sou pela APROVAÇÃO do presente PARECER PRELIMINAR ao Substitutivo Global do Projeto de Lei nº 0140.1/2011 que "Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro do ano de 2012 e adota outras providências."

Sala da Comissão, 1º de junho de 2011.

Deputado Gilmar Knaesel

Relator

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Projeto de Lei nº PL/014.1/2011

CRONOGRAMA DE TRAMITAÇÃO DO PROJETO:

1 - Lido no Expediente em.....	5/05/2011
2 - Encaminhamento à Comissão de Finanças e Tributação	5/05/2011
3 - Remessa da Emenda Aditiva - Governo do Estado -	sem data
4 - Remessa do Substitutivo Global - Governo do Estado ...	18/05/2011
5 - Parecer Preliminar	1º/06/2011
6 - Votação do Parecer Preliminar	08/06/2011
7 - Publicação Parecer Preliminar.....	08/06/2011
8 - Apresentação de Emendas até 19h	17/06/2011

9 - Parecer Final 29/06/2011

10 - Inclusão na Ordem do Dia 29/06/2011

Sala das Reuniões, 1º de junho de 2011.

Deputado Gilmar Knaesel

Relator e Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI**PROJETO DE LEI Nº 198/11****GABINETE DO GOVERNADOR****MENSAGEM Nº 119**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria da Fazenda, o projeto de lei que "Altera a Lei nº 15.432, de 28 de dezembro de 2010, que aprova a revisão do Plano Plurianual para o ano de 2011".

Devido à relevância e premência da matéria, solicito aos nobres senhores Deputados, amparados no art. 53 da Constituição do Estado, regime de urgência na tramitação do referido projeto de lei nessa augusta Casa Legislativa.

Florianópolis, 26 de maio de 2011

EDUARDO PINHO MOREIRA

Governador do Estado em exercício

Lido no Expediente

Sessão de 07/06/11

ESTADO DE SANTA CATARINA**SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA****GABINETE DO SECRETÁRIO**

EM Nº 102/2011

Florianópolis, 16 de maio de 2011

Excelentíssimo Senhor

EDUARDO PINHO MOREIRA

Governador do Estado, em exercício

Florianópolis - SC

Senhor Governador,

Submetemos à elevada consideração de Vossa Excelência o incluso projeto de lei que objetiva alterar a Programação do Plano Plurianual 2008/2011, aprovado pela Lei nº 15.432, de 28 de dezembro de 2010, pelo motivo que segue:

Adequar o Plano Plurianual da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação - SST, transferindo a subação 002086 - Manutenção do centro educacional Dom Jayme de Barros Câmara - SST da unidade orçamentária 26093 - Fundo Estadual de Assistência Social para 26001 - Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação. Tal alteração se faz necessária em virtude da subação em questão abranger vários serviços que não se limitam ao Fundo supracitado. (Anexo I)

Suplementar a subação 010770 - Pró-Jovem Urbano - SST, com objetivo de dar continuidade ao Programa Nacional de Inclusão de Jovens, garantindo aos jovens ações de elevação de escolaridade, qualificação profissional inicial e participação cidadã, indo de encontro com o Plano Estadual de Qualificação Profissional. Os recursos necessários para esta suplementação serão repassados pelo Governo Federal. (Anexo II)

Suplementar a subação 009117 - Inserção Social da Juventude - SST visando viabilizar o Convênio Federal do projeto Pró-jovem Juventude Cidadã. Os Recursos necessários para atender esta alteração são provenientes das subações 000885 - Seguro desemprego - SST, 008450 - Intermediação de mão-de-obra - SST, 002023 - Efetivação dos conselhos setoriais e de direitos vinculados à SST, 001674 - Atualização do déficit habitacional em Santa Catarina - SST, 007202 - Cozinhas comunitárias - SDR - Grande Florianópolis, 007203 - Cozinhas comunitárias - SDR - Joinville, 007204 - Cozinhas comunitárias - SDR - Ciriúma, 007209 - Cozinhas comunitárias - SDR - Xanxerê, 007211 - Cozinhas comunitárias - SDR - Caçador, 007212 - Cozinhas comunitárias - SDR - Curitiba, 007261 - Manutenção de cozinhas comunitárias - SDR - Campos Novos, 002253 - Co-financiamento a Centros de Referência Especializados de Assistência Social - SST e 002286 - Co-financiamento a serviços de proteção social especial de alta complexidade - SST. (Anexo III)

Assim por ser tratar de dispositivo importante para a continuidade das ações desenvolvidas pelo órgão, sugerimos a Vossa Excelência a remessa de mensagem acompanhada de projeto de lei à Assembleia Legislativa, na forma em que se encontra redigida a proposição.

Respeitosamente

UBIRATAN SIMÕES REZENDE
Secretário de Estado da Fazenda

PROJETO DE LEI Nº PL/0198.8/2011

Altera a Lei nº 15.432, de 28 de dezembro de 2010, que aprova a revisão do Plano Plurianual para o ano de 2011.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em exercício,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

ANEXO I

PLANO PLURIANUAL 2008-2011
PROGRAMAÇÃO FÍSICO - FINANCEIRA

PROGRAMA SUBAÇÃO	UNIDADE	FÍSICO	FF	VALOR EM R\$ 1,00
0510 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E ESPECIAL				
002086 Manutenção do centro educacional Dom Jayme de Barros Câmara - SST	unidade	0	OGE	00
010934 Manutenção do centro educacional Dom Jayme de Barros Câmara - SST	unidade	900	OGE	523.000

ANEXO II

PLANO PLURIANUAL 2008-2011
PROGRAMAÇÃO FÍSICO - FINANCEIRA

PROGRAMA SUBAÇÃO	UNIDADE	FÍSICO	FF	VALOR EM R\$ 1,00
0620 PRÓ ENSINO MÉDIO				
010770 Pró-jovem urbano - SST	aluno	18.000	OGE	24.000.000

ANEXO III

PLANO PLURIANUAL 2008-2011
PROGRAMAÇÃO FÍSICO - FINANCEIRA

PROGRAMA SUBAÇÃO	UNIDADE	FÍSICO	FF	VALOR EM R\$ 1,00
0500 GESTÃO ESTADUAL DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				
002023 Efetivação dos conselhos setoriais e de direitos vinculados à SST	unidade	8	OGE	520.000
0510 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E ESPECIAL				
002253 Co-financiamento a Centros de Referência Especializados de Assistência Social - SST	unidade	60	OGE	4.450.000
002286 Co-financiamento a serviços de proteção social especial de alta complexidade - SST	unidade	120	OGE	3.600.000
0530 PRÓ-EMPREGO E RENDA				
000885 Seguro Desemprego - SST	unidade	639.371	OGE	1.307.056
008450 Intermediação de mão-de-obra - SST	unidade	174.486	OGE	3.607.143
009117 Inserção social da juventude - SST	unidade	4.000	OGE	2.750.000
0540 NOVA CASA				
001674 Atualização do déficit habitacional em Santa Catarina - SST	unidade	4	OGE	200.000
0550 ERRADICAÇÃO DA FOME EM SANTA CATARINA				
007202 Cozinhas comunitárias - SDR - Grande Florianópolis	unidade	2	OGE	28.250
007203 Cozinhas comunitárias - SDR - Joinville	unidade	2	OGE	53.250
007204 Cozinhas comunitárias - SDR - Criciúma	unidade	1	OGE	39.125
007209 Cozinhas comunitárias - SDR - Xanxerê	unidade	1	OGE	150.000
007211 Cozinhas comunitárias - SDR - Caçador	unidade	2	OGE	28.250
007212 Cozinhas comunitárias - SDR - Curitibaanos	unidade	3	OGE	42.375
007261 Manutenção de cozinhas comunitárias - SDR - Campos Novos	unidade	1	OGE	50.000

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 199/11

Altera o art. 1º da Lei nº 15.450, de janeiro de 2011.

Art. 1º Fica denominada Francisco Leopoldo Fleith a rodovia que liga a BR 101 à Avenida Nereu Ramos, localizado no Município de Penha, que faz divisa entre os Municípios de Penha e Balneário Piçarras.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Palácio Barriga-Verde (SC), Sala das Sessões,

Deputado GILMAR KNAESEL

Proponente

Lido no Expediente

Sessão de 07/06/11

JUSTIFICATIVA

Senhor Deputado PRESIDENTE
Senhoras e Senhores DEPUTADOS,
Membros deste Poder Legislativo.

O presente Projeto de Lei objetiva homenagear o Senhor Francisco Leopoldo Fleith, que em 1942 adotou o município de Piçarras como sua terra natal. Onde casou-se e muito laborou por sua nova terra, auxiliando no seu crescimento e progresso.

A presente proposta se justifica por ter o homenageado, uma vida política ativa, no qual fez parte da primeira legislatura, ocupando o cargo de Presidente da Câmara Municipal, quando houve a emancipação do município de Penha, que na época pertencia a Itajaí.

Em 1961 foi nomeado o primeiro Prefeito do município de Piçarras, pelo então Governador Celso Ramos. Definiu juntamente com uma comissão formada para este fim, o traçado da Rodovia SC/414.

Atuou também como empresário, fomentando o turismo e o comércio varejista da região.

Em 20 de janeiro de 1952, juntamente com outros nomes de destaque no município, fundou a Sociedade Amigos de Piçarras, para que a mesma proporcionasse energia elétrica no perímetro urbano, da ainda, localidade de Piçarras, município de Penha, Distrito de Itajaí.

Na área imobiliária, em 1956, destacou-se com o planejamento e execução, do loteamento e Jardim Rio-Mar, sendo esse o primeiro loteamento do município (nessa época ainda Município de Penha), que foi precursor do desenvolvimento turístico e de veraneio domiciliar de Piçarras.

Em abril de 1970, juntamente com Martinho Telles, Arno Schurt, Mário Zendon e outros ilustres conterrâneos, fundaram o Lions Club.

Faleceu em três de dezembro de 1991, encerrando sua luta pelo progresso do Município, mas deixando um legado aos seus familiares e todos os municípios.

*** X X X ***

**PROJETO LEI Nº 200/11
ESTADO DE SANTA CATARINA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DA PRESIDÊNCIA**

Ofício n. 773/2011 - GP Florianópolis, 25 de maio de 2011.
Exmo. Sr.

GELSON MERÍSIO

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
NESTA

Assunto: **Projeto de Lei - PA n. 415588-2011.2**

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Casa, Projeto de Lei que "Dispõe sobre a multa prevista no art. 32, II, da Lei Federal n. 8.935/1994.", aprovado pelo Tribunal Pleno desta Corte, acompanhado de CD com o respectivo Projeto e justificativa.

Atenciosamente,

Trindade dos Santos

PRESIDENTE

Lido no Expediente

Sessão de 07/06/11

PROJETO LEI N. 0200.7/2011

Dispõe sobre a multa prevista no art. 32, II, da Lei Federal n. 8.935/1994.

Art. 1º A multa prevista no art. 32, II, da Lei Federal n. 8.935, de 18 de novembro de 1994, será imposta pela autoridade administrativa competente entre o mínimo de 1 (uma) vez e o máximo de 30 (trinta) vezes o valor do maior emolumento previsto no Regimento de Custas e Emolumentos (Lei Complementar n. 219, de 31-12-2001, e alterações).

Parágrafo único. Na aplicação da multa, a autoridade administrativa levará em conta a gravidade da falta, as suas consequências, os antecedentes do delegatário e a situação econômico-financeira da serventia.

Art. 2º A multa será recolhida no prazo de 5 (cinco) dias, contados da intimação do trânsito em julgado da decisão administrativa, a favor do Fundo de Reparcelamento da Justiça - FRJ (Lei n. 8.067/1990, art. 3º, X).

Parágrafo único. A requerimento do delegatário e conforme as circunstâncias do caso, poderá a autoridade competente permitir que o pagamento se realize em até 12 (doze) parcelas mensais.

Art. 3º Enquanto não proceder ao recolhimento, não poderá o delegatário requerer remoção, sem prejuízo da inscrição da multa como dívida ativa do Estado e posterior execução.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Florianópolis,

Justificativa

A Lei n. 8.935, de 18 de novembro de 1994, prevê em seu art. 32, II, a aplicação da pena de multa aos notários e registradores pelas infrações que praticarem, porém não estabelece os parâmetros mínimo e máximo para a sua fixação.

Segundo Ceneviva, referida norma "é aberta, ou seja, não determina critérios de valoração, nem dá elementos de proporcionalidade entre a falta e a sanção econômica. A lei estadual pode preencher o vazio, determinando limites compatíveis com a gravidade da falta e com as possibilidades do delegado" (CENEVIVA, Walter. *Lei dos notários e dos registradores comentada*. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 263).

Outrossim, já decidiu o Superior Tribunal de Justiça, adotando parecer do Ministério Público do Estado de São Paulo: "De fato, se é certo que a lei não estabeleceu parâmetros fixos para a sua imposição [pena de multa], 'deixou-se - como é próprio do direito administrativo disciplinar - certa margem de discricionariedade à Administração na quantificação da multa'" (RMS n. 10.399/SP). Da mesma forma, nos autos do RMS n. 23.997/MS ficou consignado que, ainda que a Lei n. 8.935/1994 não tenha fixado parâmetros para a aplicação da pena de multa, é possível sua cominação, mormente quando guiada pelos princípios da razoabilidade e proporcionalidade à luz da falta cometida.

À vista do exposto e para evitar excessos, este Tribunal tem aplicado norma preexistente e defasada, prevista no art. 364, § 4º, "c," do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado de Santa Catarina (Lei n. 5.624, de 9-11-1979). O dispositivo referido trata da multa aplicável aos serventuários, e fixa-a em "até 10 (dez) valores de referência".

Ocorre que, conforme explicitado nos autos do MS n. 2009.012304-4, referido valor de referência foi extinto pela Lei n. 8.177/1991, convertido em valor fixo pela Lei n. 8.178/1991 e, posteriormente, em "quantidade de Ufir" pela Lei n. 8.383/1991. A Unidade Fiscal de Referência - Ufir, por seu turno, foi extinta pela Medida Provisória n. 1.973-67/2000. Hoje, os 10 (dez) valores de referência não excederiam o montante de R\$ 1.500,00.

Pelo exposto, percebe-se o aviltamento da penalidade, que pode implicar, inclusive, na opção pela fixação de pena mais grave, em prejuízo ao serventuário.

Fica evidente, portanto, a necessidade de lei local que disponha sobre a matéria, como aliás já ocorre no Rio de Janeiro (Lei n. 4.317/2004) e em outros Estados.

Ressalta-se que o projeto fixa limites mínimo e máximo para a aplicação da multa, além da observância de critérios como a gravidade da falta, as suas consequências, os antecedentes do delegatário e a situação econômico-financeira da serventia, em consonância com a doutrina e jurisprudência antes mencionadas.

Por fim, como forma de dar sustentação ao apenamento que decorre da aplicação da multa, estabelece a vedação ao exercício do direito de remoção, caso não satisfeito o pagamento, o que encontra amparo no art. 18 da Lei n. 8.935, de 18 de novembro de 1994.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 201/11

Declara de utilidade pública a Associação Tubaronense Doce Idade de Apoio à Cidadania na Terceira Idade - Atdiac, do município de Tubarão.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Tubaronense Doce Idade de Apoio à Cidadania na Terceira Idade, com sede no município de Tubarão.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade declarada de utilidade pública deverá encaminhar, à Assembleia Legislativa, até o dia 17 de julho de cada ano, para o devido controle e identificação do cumprimento do disposto no art. 1º desta Lei, sob pena de suspensão do reconhecimento de utilidade pública, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado José Nei Ascari

Lido no Expediente

Sessão de 07/06/11

JUSTIFICATIVA

A Associação Tubaronense Doce Idade de Apoio à Cidadania na Terceira Idade, com sede no município de Tubarão, que pretende ser reconhecida de utilidade pública estadual, é uma entidade sem fins lucrativos, que tem por objetivo principal propiciar ao idoso um espaço de participação e de integração à Rede de Assistência Social do Município.

Para dar continuidade às ações dispostas em seu Estatuto, faz-se necessário que a entidade usufrua das vantagens legais inerentes à titulação requerida, por isso, submeto aos Senhores Deputados a presente proposta.

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 020/11
ESTADO DE SANTA CATARINA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DA PRESIDÊNCIA**

Ofício n. 774/2011 - GP Florianópolis, 25 de maio de 2011.

Exmo. Sr.
GELSON MERISIO

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
NESTA

Assunto: **Projeto de Lei Complementar - PCM nº 2010.900070-0**

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Casa, Projeto de Lei Complementar que "Altera a redação do número 3 na Tabela I da Lei Complementar n. 156, de 15 de maio de 1997, alterada pela Lei Complementar nº 218, de 31 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o valor dos atos do Tribunal de Justiça e seus órgãos", aprovado pelo Tribunal Pleno desta Corte, acompanhado de CD com respectivo Projeto e justificativa.

Atenciosamente,

Trindade dos Santos
PRESIDENTE

Lido no Expediente

Sessão de 07/06/11

Projeto de Lei Complementar nº 0020.0/2011

Altera a redação do número 3 na Tabela I da Lei Complementar n. 156, de 15 de maio de 1997, alterada pela Lei Complementar n. 218, de 31 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o valor dos atos do Tribunal de Justiça e seus Órgãos.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O número 3 da Tabela I - Atos do Tribunal de Justiça e seus Órgãos - da Lei Complementar n. 156, de 15 de maio de 1997, alterada pela Lei Complementar n. 218, de 31 de dezembro de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

3 - Recurso extraordinário e recurso especial:

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2012.

Florianópolis,

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO
Governador do Estado

JUSTIFICATIVA

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina, em sessão ordinária do Tribunal Pleno, realizada no dia 04 de maio de 2011, por votação unânime, aprovou a proposta de Projeto de Lei Complementar que modifica a redação do número 3 da Tabela I da Lei Complementar n. 156, de 15 de maio de 1997, alterada pela Lei Complementar n. 218, de 31 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o valor dos Atos do Tribunal de Justiça e seus Órgãos.

A alteração visa incluir o Recurso Especial entre as rubricas do item 3 da referida Tabela I. Isso porque na época em que foi editado o Regimento de Custas e Emolumentos deste Estado, apenas o Supremo Tribunal Federal cobrava custas de seus processos, enquanto eram isentos dessa taxa os que tramitavam no Superior Tribunal de Justiça.

No entanto, com a publicação da Lei n. 11.636/2007, que dispõe sobre as custas judiciais devidas no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, a Corte Superior passou a exigir o recolhimento de custas nos feitos de competência originária, bem como nos recursos interpostos em instância inferior.

Assim sendo, com a edição da lei em comento, inexistente motivo para que a isenção permaneça neste Tribunal, pois seu procedimento é semelhante ao recurso extraordinário, tendo o Poder Judiciário Catarinense que suportar com os consequentes ônus.

Trindade dos Santos
PRESIDENTE

*** X X X ***

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 021/11
ESTADO DE SANTA CATARINA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DA PRESIDÊNCIA**

Ofício n. 838/2011 - GP Florianópolis, 6 de junho de 2011.

Exmo. Sr.
GELSON MERISIO

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
NESTA

Assunto: **Projeto de Lei - PA n. 414136-2011.9 - Criação de cargos efetivos e comissionados**

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Casa, Projeto de Lei Complementar que "Cria cargos no Quadro de Pessoal do Poder Judiciário", aprovado pelo Tribunal Pleno desta Corte, acompanhado de CD com o respectivo Projeto e justificativa.

Atenciosamente,

Trindade dos Santos
PRESIDENTE

Lido no Expediente

Sessão de 07/06/11

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 0021.1/2011

Cria cargos no Quadro de Pessoal do Poder Judiciário.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes do Estado de Santa Catarina que a Assembleia Legislativa do Estado decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Ficam criados e incluídos nos Anexos I, II e V da Lei Complementar n. 90, de 1º de julho de 1993, os cargos mencionados no Anexo I, II e III desta Lei Complementar, respectivamente.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei Complementar correrão à conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

ANEXO I

GRUPO OCUPACIONAL ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR - ANS

CARGO	NÍVEIS	REFERÊNCIAS	QUANTIDADE
Analista Jurídico	10-12	A-J	200

ANEXO II

GRUPO OCUPACIONAL ATIVIDADES DE NÍVEL MÉDIO - ANM

CARGO	NÍVEIS	REFERÊNCIAS	QUANTIDADE
Técnico Judiciário Auxiliar	7-9	A-J	300

ANEXO III

GRUPO OCUPACIONAL DIREÇÃO E ACESSORAMENTO SUPERIOR - DASU

CARGO	NÍVEL	COEFICIENTE	QUANTIDADE
Assessor Jurídico	3	3,5499	38

JUSTIFICATIVA

Este Projeto de Lei Complementar tem por finalidade a criação de cargos no Quadro de Pessoal do Poder Judiciário pelos seguintes motivos:

Analista Jurídico e Técnico Judiciário Auxiliar

A criação dos cargos de Analista Jurídico e de Técnico Judiciário Auxiliar tem por objetivo viabilizar a instalação de novas unidades judiciárias no Estado de Santa Catarina programada para o ano de 2011.

Ademais, permitirá a recomposição dos quadros de pessoal das comarcas e dos órgãos do Tribunal de Justiça, cuja carência foi demonstrada por meio de estudo elaborado pela Diretoria de Recursos Humanos, utilizando-se metodologia lastreada em critérios objetivos e dados mensuráveis, em que são considerados indicadores a entrada mensal de processos de cada comarca/vara e a produtividade média dos servidores do Poder Judiciário.

Com a disseminação do processo digital e consequente redução dos serviços de cartório no Primeiro Grau de Jurisdição (que serão absorvidos pelos sistemas informatizados), a tendência é de que, nos próximos anos, parte dos servidores de cartório migre para os gabinetes dos Magistrados.

Por conseguinte, haverá maior exigência em relação aos profissionais do Poder Judiciário, com o repasse de atividades de maior grau de complexidade, típicas de nível superior, por isso o investimento nos cargos de Analista Jurídico.

Assessor Jurídico

Os magistrados do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, com exceção dos Juizes Substitutos, fazem jus a 1 vaga do cargo em comissão de Assessor Jurídico.

Com a criação dos referidos cargos comissionados, será possível a sua distribuição a todos os magistrados do Estado, inclusive aos Juizes Substitutos, o que permitirá o incremento no julgamento processual.

Além disso, a quantidade proposta contempla os cargos atualmente vagos de Juiz Substituto, cujo provimento ocorrerá por concurso público.

*** X X X ***